

Manual para Participação nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da BM&FBOVESPA

DATA DE REALIZAÇÃO – 20 DE ABRIL DE 2010



BM&FBOVESPA

A Nova Bolsa



São Paulo, 19 de março de 2010.

Prezados Acionistas,

É com muita satisfação que os convido a participar das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, convocadas para o dia 20 de abril de 2010, às 11h, na Rua XV de Novembro, 275, Centro, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, excepcionalmente fora da sede social da Companhia, nos termos do Edital de Convocação publicado no jornal Valor Econômico e no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

Nesta carta, introdutória ao Manual para Participação nas Assembleias, gostaria de destacar o momento que a Companhia está vivenciando de expansão de seus negócios. Desde sua constituição em 2008, quando da integração da BM&F e da Bovespa, as duas principais e mais importantes bolsas brasileiras, a BM&FBOVESPA passou por três fases distintas: (i) fase de sinergia decorrente da integração das bolsas; (ii) fase de resposta à crise financeira mundial, iniciada em meados de 2008; e (iii) fase de crescimento e internacionalização, na qual se encontra atualmente.

Nesse sentido, a Companhia deu continuidade a seus projetos, implementando significativos desenvolvimentos em sua infraestrutura tecnológica, firmando acordos internacionais, intensificando suas práticas de sustentabilidade e consolidando seu processo de expansão e inserção global.

As Assembleias convocadas para o próximo dia 20/04/2010 refletem esse momento. As matérias a serem deliberadas nas Assembleias estão descritas no Edital de Convocação e neste Manual. Além das matérias ordinárias, nomeadamente a aprovação das demonstrações financeiras e a proposta de destinação do lucro líquido, ambos referentes ao exercício social de 2009, e a remuneração dos administradores para o exercício de 2010, os acionistas deverão deliberar, em Assembleia Geral Extraordinária, sobre o importante investimento, anunciado por intermédio do Fato Relevante divulgado em 12/02/2010, a ser realizado no CME Group Inc., holding que controla a Chicago Mercantile Exchange (CME), a New York Mercantile Exchange (NYMEX), a Board of Trade of the City of Chicago Inc. (CBOT) e a Commodity Exchange, Inc. (COMEX).

A participação efetiva dos acionistas nessas Assembleias é de extrema importância. É a oportunidade de discutir e votar as matérias trazidas à deliberação, diante das informações divulgadas para uma tomada de decisão consciente.

Nesse sentido, com o objetivo de facilitar e incentivar a participação de seus acionistas e reforçando o compromisso de adoção das melhores práticas de governança corporativa e de transparência, a BM&FBOVESPA disponibilizará o sistema "Assembleias Online" de votação por intermédio de procuração eletrônica que poderá ser acessado mediante cadastro no site www.assembleiasonline.com.br.

Convido-os a examinarem cuidadosamente o Manual para Participação nas Assembleias e demais documentos que estão à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, no seu site de Relações com Investidores (www.bmfbovespa.com.br/ri/), bem como no site da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

Atenciosamente,

Arminio Fraga Neto
Presidente do Conselho de Administração

ÍNDICE

Esclarecimentos e Orientações	7
A. Assembleia Geral Ordinária	7
B. Assembleia Geral Extraordinária.....	8
C. Participação nas Assembleias Gerais.....	8
C.1. Procuração.....	8
C.1.1 Procuração eletrônica.....	8
C.1.2 Procuração física.....	10
C.1.2.1 Pré-credenciamento.....	12
C.2. Pedidos Públicos de Procuração	12
D. Matérias a serem deliberadas nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária	13
D.1 Assembleia Geral Ordinária.....	13
D.2. Assembleia Geral Extraordinária	16
E. Documentos pertinentes às matérias a serem deliberadas nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da BM&FBOVESPA	17
Anexo I – Comentários dos diretores sobre a situação financeira da BM&FBOVESPA	19
Anexo II – Informações da Proposta de Destinação de Resultados Exigidas pela ICVM 481/09	55
Anexo III – Remuneração dos Administradores – Item 13 do Formulário de Referência	63



MANUAL PARA PARTICIPAÇÃO NAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA BM&FBOVESPA DE 20/04/2010

ESCLARECIMENTOS E ORIENTAÇÕES

Este Manual contém os esclarecimentos necessários para facilitar a participação dos acionistas nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da BM&FBOVESPA, a serem realizadas no próximo dia 20 de abril de 2010, bem como as informações acerca das matérias a serem deliberadas pelos acionistas.

Essa iniciativa busca conciliar as práticas já adotadas pela Companhia de comunicação oportuna e transparente com seus acionistas e as exigências da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), e da recente Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009 ("Instrução CVM 481").

A. ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Em cumprimento às determinações da Lei das S.A., a BM&FBOVESPA realizará **Assembleia Geral Ordinária** convocada para:

Dia: 20 de abril de 2010
Local: Rua XV de Novembro, 275, Centro, São Paulo/SP - Brasil
Horário: 11h00

Na Assembleia Geral Ordinária, serão deliberadas as seguintes matérias constantes da ordem do dia:

- (1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2009;
- (2) Deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2009; e
- (3) Fixar a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria para o exercício de 2010.

Informações sobre cada uma das matérias da Assembleia Geral Ordinária estão detalhadas no item D.1. deste Manual.

B. ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

A Assembleia Geral Extraordinária foi convocada na mesma data, local e hora, conforme faculta a Lei das S.A., visando a simplificar a participação dos acionistas:

Dia: 20 de abril de 2010
Local: Rua XV de Novembro, 275, Centro, São Paulo/SP - Brasil
Horário: 11h00

Na Assembleia Geral Extraordinária, será deliberada a proposta de aquisição pela BM&FBOVESPA de ações de emissão do CME Group, Inc. ("CME"), nos termos da proposta da Administração, e em conformidade com o Fato Relevante divulgado em 12/02/2010.

Informações sobre a Assembleia Geral Extraordinária constam do item D.2. deste Manual.

C. PARTICIPAÇÃO NAS ASSEMBLEIAS GERAIS

A participação dos Acionistas nas Assembleias Gerais da Companhia é de suma importância.

Informamos que para a instalação da Assembleia Geral Ordinária e da Assembleia Geral Extraordinária em questão, será necessária a presença de pelo menos 1/4 (um quarto) do capital social da Companhia. Caso esse quorum legal não seja atingido, a Companhia anunciará novas datas para a realização da Assembleia Geral Ordinária e da Assembleia Geral Extraordinária em segunda convocação, podendo ser instalada com a presença de qualquer número de acionistas.

A **participação** poderá ser **pessoal**, ou **por procurador devidamente constituído**.

Será exigida a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

Pessoas físicas	<ul style="list-style-type: none">• documento de identidade do acionista (via original ou cópia autenticada)
Pessoas jurídicas	<ul style="list-style-type: none">• documentos societários que comprovem a representação legal do acionista (via original ou cópia autenticada)• documento de identidade do representante legal (via original ou cópia autenticada)

C.1. PROCURAÇÃO

C.1.1 Procuração Eletrônica

Com o objetivo de facilitar e incentivar a participação de seus acionistas, a BM&FBOVESPA disponibilizará o sistema "Assembleias Online", por meio do qual os acionistas poderão outorgar procuração para todas as matérias da ordem do dia das Assembleias Gerais, por meio de certificado digital válido, privado ou da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001.



Para que possa votar via Internet, o acionista precisa se cadastrar no endereço www.assembleiasonline.com.br e obter gratuitamente seu certificado digital, seguindo os passos descritos a seguir. Os acionistas já poderão iniciar os procedimentos para cadastramento e obtenção do certificado digital.

Passo 1 – Cadastramento no portal:

- a) Acesse o endereço www.assembleiasonline.com.br, clique em “*cadastro e certificado*” e selecione o perfil adequado (acionista pessoa física ou pessoa jurídica);
- b) Preencha o cadastro, clique em cadastrar, confirme os dados e, em seguida, terá acesso ao termo de adesão, no caso de pessoa física, ou ao termo de representação, no caso de pessoa jurídica. O termo deve ser impresso, rubricado em todas as páginas e assinado com firma reconhecida.

Caso o acionista já possua certificado digital emitido pela ICP-Brasil, é necessário apenas efetuar o cadastro e assinar digitalmente o termo de adesão para estar apto a votar por meio do portal “Assembleias Online”. Assim, o acionista poderá passar diretamente ao Passo 3 descrito a seguir.

Passo 2 – Validação do cadastro e recebimento do certificado digital privado:

- a) O acionista receberá e-mail do portal “Assembleias Online” com a relação dos documentos necessários para validação do cadastro, incluindo o termo de adesão. Todos os documentos devem ser enviados, por correio, ao endereço do “Assembleias Online” constante do referido e-mail.
- b) Assim que a documentação for validada pela equipe do “Assembleias Online”, o acionista receberá um novo e-mail contendo os procedimentos para emissão do Certificado Digital “Assembleias Online”.
- c) Após emitido o certificado, o acionista estará pronto para votar, via internet, nas Assembleias Gerais da BM&FBOVESPA.

Passo 3 – Outorga de procuração por meio eletrônico

- a) Após conclusão dos passos indicados acima, para exercer seu direito de voto por meio de procuração eletrônica, acesse o endereço www.assembleiasonline.com.br, faça seu *login*, selecione as Assembleias da BM&FBOVESPA, vote e assine digitalmente a procuração;
- b) O acionista receberá comprovante do seu voto por e-mail do portal “Assembleias Online”.

O acionista terá o período de 06/04/2010 a 18/04/2010 para outorgar procuração por intermédio do portal “Assembleias Online”.

C.1.2 Procuração Física

Além da possibilidade de outorga de procuração de forma eletrônica, as procurações também poderão ser outorgadas da forma tradicional, por instrumento físico.

A outorga de poderes poderá ser feita, nos termos do artigo 126, §1º, da Lei das S.A., a qualquer acionista, advogado, instituição financeira ou administrador da Companhia.

Caso o acionista não possa estar presente nas Assembleias Gerais ou não possa ser representado por procurador de sua escolha, a Companhia disponibiliza os nomes de três administradores da Companhia, que poderão representá-lo em conformidade com a orientação de voto proferida pelo acionista:

- 1) Para votar A FAVOR nas matérias constantes da ordem do dia:

Edemir Pinto, brasileiro, casado, administrador da Companhia, domiciliado na Capital do Estado de São Paulo, na Praça Antonio Prado, nº 48, portador da Carteira de Identidade RG nº 6.572.298 e inscrito no CPF sob o nº 614.304.988-20;

- 2) Para votar CONTRA nas matérias constantes da ordem do dia:

Carlos Kawall Leal Ferreira, brasileiro, casado, administrador da Companhia, domiciliado na Capital do Estado de São Paulo, na Praça Antonio Prado, n.º 48, portador da Cédula de Identidade RG nº 7.272.675, inscrito no CPF/MF sob o nº 043.046.308-14;

- 3) Para ABSTER-SE nas matérias constantes da ordem do dia:

Cícero Augusto Vieira Neto, brasileiro, casado, economista, administrador da Companhia, domiciliado na Capital do Estado de São Paulo, na Praça Antonio Prado, n.º 48, portador da Cédula de Identidade RG nº 14.189.028-9, inscrito no CPF/MF sob o nº 128.501.208-98.

Apresentamos, para tanto, o **modelo de instrumento de procuração abaixo**.

A Companhia não exigirá o reconhecimento de firma e/ou a consularização dos instrumentos de procuração outorgados pelos acionistas a seus representantes.

MODELO DE PROCURAÇÃO

PROCURAÇÃO

[ACIONISTA], [QUALIFICAÇÃO] (“**Outorgante**”), na qualidade de acionista da **BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros** (“Companhia”), nomeia e constitui como seus procuradores:

Edemir Pinto, brasileiro, casado, administrador da Companhia, domiciliado na Capital do Estado de São Paulo, na Praça Antonio Prado, nº 48, portador da Carteira de Identidade RG nº 6.572.298 e inscrito no CPF sob o nº 614.304.988-20, para votar A FAVOR nas matérias constantes da ordem do dia, de acordo com a orientação expressa abaixo proferida pelo(a) Outorgante;

Carlos Kawall Leal Ferreira, brasileiro, casado, administrador da Companhia, domiciliado na Capital do Estado de São Paulo, na Praça Antonio Prado, n.º 48, portador da Cédula de Identidade RG nº 7.272.675, inscrito no CPF/MF sob o nº 043.046.308-14, para votar CONTRA nas matérias constantes da ordem do dia, de acordo com a orientação expressa abaixo proferida pelo(a) Outorgante;

Cícero Augusto Vieira Neto, brasileiro, casado, economista, administrador da Companhia, domiciliado na Capital do Estado de São Paulo, na Praça Antonio Prado, n.º 48, portador da Cédula de Identidade RG nº 14.189.028-9, inscrito no CPF/MF sob o nº 128.501.208-98, para se ABSTER nas matérias constantes da ordem do dia, de acordo com a orientação expressa abaixo proferida pelo(a) Outorgante;

outorgando-lhes poderes para comparecer, examinar, discutir e votar, em nome do Outorgante, nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Companhia, a serem realizadas no dia 20 de abril de 2010, às 11h00, excepcionalmente fora da sede social da Companhia, na Rua XV de Novembro, 275, Centro, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em conformidade com as orientações estabelecidas abaixo, acerca das seguintes matérias constantes da Ordem do Dia.

Ordem do Dia

(I) Em Assembleia Geral Ordinária:

(1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2009;

A favor () Contra () Abstenção ()

(2) Exame, discussão e aprovação da proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2009;

A favor () Contra () Abstenção ()

(3) Fixar a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria para o exercício de 2010, conforme proposta da Administração da Companhia.

A favor () Contra () Abstenção ()

(II) Em Assembleia Geral Extraordinária:

(1) Aprovar a aquisição pela BM&FBOVESPA de ações de emissão do CME Group, Inc. ("CME"), nos termos da Proposta da Administração disponibilizada aos acionistas.

A favor () Contra () Abstenção ()

Para os fins da outorga deste mandato, o procurador terá poderes limitados ao comparecimento às Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária e ao lançamento de voto em conformidade com as orientações de voto acima manifestadas, não tendo direito nem obrigação de tomar quaisquer outras medidas que não sejam necessárias ao cumprimento deste mandato. O procurador fica autorizado a se abster em qualquer deliberação ou assunto para o qual não tenha recebido, a seu critério, orientações de voto suficientemente específicas.

O presente instrumento de mandato tem prazo de validade de 2 (dois) meses, a partir da presente data.

[Cidade], [dia] de [mês] de [2010]

Outorgante
Por: (assinatura)
Cargo

C.1.2.1 Pré-Credenciamento

No caso de outorga de procurações por meio físico, os originais ou cópias autenticadas dos documentos referidos em "C" e "C.1.2" podem ser entregues na sede da BM&FBOVESPA até a hora da realização das Assembleias.

No entanto, visando a facilitar o acesso dos acionistas nas Assembleias Gerais, solicitamos que a entrega desses documentos seja feita com a maior antecedência possível, a partir do dia 06 de abril de 2010.

No caso de envio dos documentos via fax ou e-mail, os originais ou cópias autenticadas deverão ser entregues na sede da BM&FBOVESPA no dia das Assembleias Gerais.

Os documentos devem ser entregues na Praça Antonio Prado, 48, 4º andar, Centro, CEP: 01010-901, São Paulo/SP – Brasil, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores, pelos telefones +55 11 2565-5133, +55 11 2565-5151 e + 55 11 2565-5152, fax 55 11 3101-0028, e-mail: ri@bmfbovespa.com.br.

C.2. PEDIDOS PÚBLICOS DE PROCURAÇÃO

Acionistas titulares de 0,5% (meio por cento) ou mais do capital social poderá incluir pedidos de procuração no sistema "Assembleias Online", nos termos da Lei das S.A. e da Instrução CVM 481.



Os pedidos públicos de procuração devem ser acompanhados da minuta de procuração e das informações e demais documentos exigidos na Instrução CVM 481, especialmente em seu Anexo 23, e entregues na Praça Antonio Prado, 48, 7º andar, Centro, CEP: 01010-901, São Paulo/SP – Brasil, aos cuidados do Diretor Executivo Financeiro, Corporativo e de Relações com Investidores da Companhia, Sr. Carlos Kawall Leal Ferreira.

A Companhia e sua administração não são responsáveis pelas informações contidas em pedidos públicos de procuração realizados pelos acionistas.

A Companhia atenderá ao pedido em até 2 (dois) dias úteis contados da data do recebimento do pedido público de procuração formulado pelos acionistas, dando o mesmo destaque no sistema “Assembleias Online” que os demais documentos disponibilizados pela Companhia.

D. MATÉRIAS A SEREM DELIBERADAS NAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA BM&FBOVESPA

D.1 ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Nos termos da Lei das S.A., uma vez por ano, nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, há que se promover a realização de uma Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, para deliberar sobre as demonstrações financeiras, a destinação do lucro líquido, a distribuição de dividendos, a fixação do valor da remuneração dos administradores e, se for o caso, a eleição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

A seguir, encontram-se os esclarecimentos da administração da BM&FBOVESPA acerca de cada um dos itens que devem ser deliberados na Assembleia Geral Ordinária:

Primeiro item Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2009

O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia preparadas pela administração da BM&FBOVESPA, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social findo em 31/12/2009, publicados no dia 24/02/2010 no jornal “Valor Econômico” e no “Diário Oficial do Estado de São Paulo”, foram aprovados pelo Conselho de Administração em reunião realizada no dia 23/02/2010

Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras expressam a situação econômico-financeira da Companhia, bem como as mutações patrimoniais ocorridas no exercício social findo, permitindo aos acionistas avaliar a situação patrimonial e o nível de lucratividade da BM&FBOVESPA.

Essas Demonstrações compreendem o Balanço Patrimonial, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração de Fluxos de Caixa, a Demonstração de Resultado e a Demonstração do Valor Adicionado. As demonstrações financeiras são complementadas por notas explicativas que têm por fim auxiliar os acionistas na análise e entendimento dessas demonstrações.

Relatório da Administração

Acompanha as Demonstrações Financeiras o Relatório da Administração, documento que apresenta informações de caráter financeiro, como por exemplo, as principais contas da demonstração do resultado do exercício social encerrado e também informações de caráter não financeiro, estatísticas e operacionais, tais como informações relacionadas aos colaboradores da Companhia, às suas sociedades controladas, à sua responsabilidade social, à sua governança corporativa, ao mercado de capitais de uma forma bastante abrangente, dentre outras informações.

Parecer dos Auditores Independentes

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes examinou as citadas demonstrações financeiras e emitiu parecer concluindo que as mesmas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BM&FBOVESPA e das suas controladas.

Documentos Apresentados pela Administração da Companhia

Encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, em sua página de Relações com Investidores e nos sites da BM&FBOVESPA e da Comissão de Valores Mobiliários, os seguintes documentos relativos a esse item da ordem do dia:

- (a) Relatório da Administração;
- (b) Demonstrações Financeiras;
- (c) Comentários dos diretores sobre a situação financeira da BM&FBOVESPA requeridos pelo item 10 do Formulário de Referência, conforme Instrução nº 480, de 7 de dezembro de 2009, da Comissão de Valores Mobiliários (“Instrução CVM 480”), que também constam do Anexo I ao presente;
- (d) Parecer dos Auditores Independentes;
- (e) Formulário DFP (Demonstrações Financeiras Padronizadas); e
- (f) Relatório do Comitê de Auditoria, que apresenta suas conclusões a respeito das atividades por ele desempenhadas no ano de 2009.

Segundo item Deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2009

O lucro líquido de R\$881.050.370,16 auferido pela BM&FBOVESPA no exercício social encerrado em 31/12/2009 corresponde, de forma bastante sintetizada, ao resultado obtido nesse exercício após dedução da provisão para o Imposto de Renda.

Em reunião realizada no dia 23/02/2010, o Conselho de Administração da Companhia deliberou a seguinte destinação do lucro líquido do exercício, a ser levada à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária:

- (a) R\$20.859.264,91, para absorção do prejuízo referente ao resultado da venda de ações em tesouraria;
- (b) R\$155.191.105,25, para constituição de reserva estatutária para investimentos e composição dos fundos e mecanismos de salvaguarda da Companhia;
- (c) R\$705.000.000,00, à conta de Dividendos.

Importante ressaltar que, desse valor de R\$705.000.000,00, já foram pagos aos Acionistas no ano de 2009, a título de dividendos intermediários, a importância de R\$183.500.000,00 e a título de juros sobre capital próprio, o montante de R\$273.500.000,00. O saldo líquido remanescente de R\$248.000.000,00 poderá ser distribuído aos Acionistas a título de dividendos, se assim for aprovado na Assembleia Geral Ordinária da Companhia. Trata-se de proposta da Administração da BM&FBOVESPA, que ainda prevê que tal pagamento se realize no dia 14/05/2010, observando-se o valor de R\$0,12360196 por ação (valor estimado, que pode ser modificado em razão da alienação de ações em tesouraria para atender ao exercício de opções de compra de ações outorgadas com base no Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia).

As informações sobre a destinação do lucro líquido exigidas pelo Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481 constam do Anexo II ao presente.

Terceiro item **Fixar a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria para o exercício de 2010**

Em reunião realizada no dia 23/02/2010, o Conselho de Administração da Companhia deliberou que a proposta de remuneração global anual a ser apresentada à Assembleia Geral Ordinária é de até R\$4.074.538,92 para o Conselho de Administração e de até R\$15.307.807,26 para a Diretoria.

Apresenta-se, a seguir, o valor da referida verba proposta, com o detalhamento de forma a permitir uma análise mais apurada por parte dos acionistas:

Proposta de Remuneração para o Exercício de 2010 (R\$M)				
ADMINISTRADORES	Remuneração Fixa	Remuneração Variável de Curto Prazo (máximo)	Benefícios	TOTAL
Conselheiros	4.074			4.074
Diretoria Executiva	4.420	10.154	734	15.308
TOTAL	8.494	10.154	734	19.382

Remuneração Fixa e Benefícios

A remuneração fixa é composta de 13 salários ao ano, corrigida anualmente por força de acordo coletivo. A parcela de benefícios é representada pela soma dos valores de assistência médica e odontológica, seguro de vida, ticket refeição, automóvel, celular, estacionamento e previdência privada.

Remuneração Variável Curto Prazo

Em 2010, o indicador de meta global estabelecido pelo Conselho de Administração será o

Lucro Líquido Ajustado, conforme divulgado trimestralmente. O valor total da remuneração variável de curto prazo que será paga aos administradores e funcionários da Companhia durante o exercício de 2010 será calculado com base no Lucro Líquido Ajustado da Companhia efetivamente apurado e deverá representar 3,5% deste resultado caso o mesmo se situe na faixa de 70 a 130% da meta.

Caso o Lucro Líquido Ajustado seja inferior a 70% da meta estabelecida pelo Conselho, o valor total da remuneração variável de curto prazo deverá ser reduzido para o montante correspondente a 2% do resultado de Lucro Líquido Ajustado.

Caso o Lucro Líquido Ajustado seja superior a 130% da meta estabelecida pelo Conselho, o valor total da remuneração variável de curto prazo corresponderá à soma dos seguintes valores: (i) montante correspondente à aplicação do percentual de 3,5% sobre 130% da meta, e (ii) o montante correspondente à aplicação do percentual de 2% sobre o montante do Lucro Líquido Ajustado que exceder 130% da meta. Desse valor, uma parte será destinada à Diretoria Estatutária e sua distribuição deverá seguir a regra de múltiplos salariais e diferenciação baseada na performance individual.

O montante global da remuneração submetido à aprovação da Assembleia Geral Ordinária relacionado na tabela acima leva em consideração um Lucro Líquido Ajustado de 10% acima da meta definida pelo Conselho de Administração. Na hipótese de, ao final do exercício de 2010, ser apurado um resultado superior a esse patamar, é possível que o valor da remuneração a ser paga aos administradores de acordo com a política de remuneração aqui descrita ultrapasse o montante global da remuneração a ser aprovado pela Assembleia Geral Ordinária a se realizar em 20/04/2010, devendo o valor excedente pago ser ratificado em Assembleia Geral a se realizar em 2011.

As informações sobre a remuneração dos administradores exigidas pelo item 13 do Formulário de Referência previsto pela Instrução CVM 480, constam do Anexo III ao presente.

D.2 ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Primeiro e único item Deliberar sobre a proposta de aquisição pela BM&FBOVESPA de ações de emissão da CME Group, Inc. ("CME"), nos termos da Proposta da Administração disponibilizada aos acionistas nesta data.

O estatuto social da Companhia, no artigo 16, (j) estabelece que é de competência da Assembleia Geral Extraordinária deliberar sobre participação da BM&FBOVESPA em outras sociedades, quando os valores dessa participação forem superiores a 3% do patrimônio líquido da Companhia apurado ao final do exercício social imediatamente anterior.

O Conselho de Administração, reunido em 23/02/2010, aprovou a convocação de Assembleia Geral Extraordinária para, em conformidade com o que dita o artigo 16, (j), do Estatuto Social da Companhia, deliberar sobre a proposta de aquisição, pela BM&FBOVESPA, de ações de emissão do CME Group, Inc. ("CME"), de sorte a, conforme divulgado em Fato Relevante de 12/02/2010 ("Fato Relevante"), elevar a participação societária da BM&FBOVESPA na CME dos atuais 1,8% para aproximadamente 5%.



O investimento que a BM&FBOVESPA realizará é de aproximadamente US\$620 milhões. Dessa forma, somado à participação já detida, o investimento total da BM&FBOVESPA na CME passará a ser da ordem de US\$ 1 bilhão a valor de mercado na data do Fato Relevante, e ficará sujeito a *lockup* até 26 de fevereiro de 2012, mesmo prazo a que está sujeito o investimento cruzado original das partes.

A Companhia submete a seus acionistas a aprovação do investimento proposto, autorizando-se a negociação e a celebração dos contratos competentes pela administração da BM&FBOVESPA, nos termos e condições gerais constantes do Fato Relevante.

E. DOCUMENTOS PERTINENTES ÀS MATÉRIAS A SEREM DELIBERADAS NAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA BM&FBOVESPA

Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia, no seu site de Relações com Investidores (www.bmfbovespa.com.br/ri/), bem como nos sites da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), os seguintes documentos:

- Edital de Convocação
- Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2009 (Relatório de Administração, Demonstrações Financeiras, Parecer dos Auditores Independentes e do Comitê de Auditoria)
- Formulário DFP (Demonstrações Financeiras Padronizadas)
- Relatório do Comitê de Auditoria
- Ata da RCA - 23/02/2010, com a Proposta de Destinação de Lucro do exercício findo em 31/12/2009
- Proposta do Conselho de Administração, contendo as informações relativas à proposta de destinação dos resultados requeridas no Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481
- Comentários dos Diretores sobre a situação financeira da BM&FBOVESPA – item 10 do Formulário de Referência, conforme Instrução CVM 480
- Informações sobre a remuneração dos administradores – item 13 do Formulário de Referência, conforme Instrução CVM 480

Frisamos que, para solucionar qualquer dúvida, deve ser contatada a Diretoria de Relações com Investidores, pelos telefones +55 11 2565-4007, 2565-4729, 2565-4418 ou 2565-4834 ou enviado e-mail ao ri@bmfbovespa.com.br.

ANEXO I

COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

10. Comentários dos diretores

10.1. Os diretores devem comentar sobre: (DF)

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

O ano de 2009 teve início em meio a um cenário de grande incerteza, no qual projeções pessimistas em relação ao futuro da economia mundial se renovavam a cada nova notícia ou dado divulgado ao mercado. Tal cenário foi resultado da mais aguda crise financeira mundial desde a década de 1930, tendo início no setor imobiliário norte-americano em 2007.

A origem dessa crise ocorreu em um cenário caracterizado pelo elevado nível de alavancagem financeira, baixo nível de regulamentação e transparência nos mercados de balcão e por excessos nas políticas de concessão de crédito e de aquisição de ativos financeiros. Consequentemente, o cenário que emergiu no início do ano, logo após o período mais agudo da crise, apontava para um contexto de baixa alavancagem, debates sobre a necessidade de regulamentação mais eficiente para os mercados financeiros, forte contração na concessão de crédito e depreciação no preço dos ativos e commodities.

Essa conjuntura impactou diretamente o desempenho dos mercados administrados pela BM&FBOVESPA. No segmento Bovespa, verificou-se forte redução nos volumes negociados, resultante, principalmente, da queda no nível de preços das ações negociadas nesse mercado e da aversão a risco por parte dos investidores. Já no segmento BM&F, a contração no nível de concessão de crédito e, consequentemente, na necessidade de hedge, a aversão a risco e o processo de desalavancagem fizeram com que o volume de contratos derivativos negociados também caísse. Esse quadro com baixos volumes de negociação predominou durante a maior parte do primeiro semestre.

Apesar do péssimo momento vivido pela economia mundial, o Brasil acabou se destacando positivamente e, diferentemente do que aconteceu em outros momentos de turbulência, o País foi um dos que menos sofreu com a crise internacional. O nível de atividade da economia, apesar de ter caído, foi muito menos afetado do que a média mundial e o fluxo de investimento estrangeiro voltou a crescer rapidamente, provocando, inclusive, forte valorização do real perante o dólar norte-americano.

Essa melhora no cenário e nas perspectivas para a economia brasileira teve reflexo nos mercados administrados pela BM&FBOVESPA. Como exemplos, podemos citar: a valorização do Ibovespa ao longo do ano, a maior entre os principais mercados acionários do mundo; a retomada das captações por meio de ofertas públicas de ações, sendo 2009 o segundo melhor ano da história, colocando o mercado brasileiro de ações na 4ª posição entre os maiores do mundo em termos de volumes captados em aberturas de capital (7ª posição em captações totais) e com a maior operação do ano, a do Banco Santander Brasil, sendo realizada aqui; e o crescimento dos volumes negociados no segmento Bovespa, cuja negociação média diária do quarto trimestre atingiu o nível mais alto de sua história.

No caso do segmento BM&F, a redução no nível de alavancagem financeira dos participantes do mercado continuou afetando negativamente os volumes negociados, mesmo no segundo semestre. A evolução de alguns indicadores que têm influência direta no desempenho operacional da Companhia merece destaque:

- A taxa básica de juros (Selic Meta) definida pelo Comitê de Política Monetária (COPOM) caiu de 13,75% no início do ano para 8,75% em dezembro, evidenciando a política monetária expansionista adotada pelo governo;
- A taxa de câmbio R\$/ US\$ (PTAX – Venda) encerrou o ano em R\$1,7412, queda de 25,5% no ano, sendo que a máxima foi de R\$2,4218 em 3 de março e a mínima de R\$1,7024 em 9 de novembro;
- Aumento da concessão de crédito na economia, com a relação Crédito-PIB saindo de 40,0% em janeiro para atingir 45,0% em dezembro; e
- Recuperação dos preços de algumas das principais commodities produzidas e exportadas pelo Brasil, tais como petróleo, celulose e soja.

Apesar disso, essa melhora no cenário econômico e nas perspectivas para o mercado brasileiro, que tiveram impacto direto no desempenho operacional da Companhia, principalmente no segundo semestre do ano, não impediram a queda nas receitas no ano em relação a 2008.

Outro episódio que afetou nossos mercados foi a criação de duas novas modalidades de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Em 20 de outubro, com o objetivo de frear a valorização do real perante o dólar norte-americano, o governo brasileiro instituiu a cobrança de IOF de 2,0% sobre a entrada de recursos estrangeiros para investimento em portfólio (ações, renda fixa e derivativos). Posteriormente, no dia 19 de novembro, o governo instituiu novo IOF de 1,5% incidente sobre a emissão de *American Depositary Receipts* (ADRs) que teve como objetivo eliminar uma desvantagem competitiva do mercado brasileiro perante o norte-americano, decorrente da criação do IOF sobre a entrada de recursos estrangeiros. Essas duas medidas tiveram impacto negativo em nossos mercados, principalmente no segmento Bovespa, uma vez que aumentou o custo para investidores estrangeiros atuarem no Brasil, além de transmitirem algum nível de incerteza quanto a outras medidas que possam vir a serem tomadas pelo governo.

Por fim, diferentemente do que ocorreu no final de 2008, as perspectivas para economia brasileira são otimistas e promissoras e, no que diz respeito à economia mundial, há indícios de que esta começa a se recuperar. Essas perspectivas favoráveis, caso se realizem, devem ter impacto positivo nas operações da BM&FBOVESPA. Além disso, a evolução do debate em torno da regulamentação dos mercados financeiros e de capitais em termos mundiais, que se desenvolveu ao longo do ano e deve ter continuidade em 2010, vai ao encontro do modelo já adotado no mercado brasileiro e pela BM&FBOVESPA, ao prever maior negociação de ativos e derivativos em mercados organizados em detrimento do balcão.

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

- hipóteses de resgate
- fórmula de cálculo do valor de resgate

Não há hipótese de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Em 2009 nosso resultado financeiro alcançou R\$253.862 mil, resultante: de R\$289.686 mil em receitas financeiras, 20,6% inferior a 2008, refletindo a queda na taxa de juros média que remunera as aplicações financeiras; e de R\$35.824 mil em despesas, 39,2% inferior a 2008.

O EBITDA foi de R\$975.108 mil em 2009, crescimento de 6,7% sobre 2008, quando atingiu

R\$913.493 mil. A Margem EBITDA também subiu de 57,0% para 64,9% entre os dois exercícios. Em 2009 apresentamos lucro líquido de R\$881.050 mil, aumento de 36,5% em relação ao ano anterior, tendo em vista a redução das despesas mencionadas anteriormente. Encerramos 2009 com ativos totais, no balanço consolidado, de R\$21.201.183 mil, dos quais 15,3% corresponderam a disponibilidades e aplicações financeiras, ou seja, R\$3.236.211 mil.

O Ativo não circulante representa 86,9% do ativo total, ficando em R\$18.422.215 mil, sendo a principal conta o Intangível, de R\$16.117.930 mil, seguido por investimentos de R\$1.319.439 mil.

Do passivo total, 5,5% foram representados pelo passivo circulante, que somava R\$1.162.075 mil principalmente pelas garantias em dinheiro recebidas de clientes, de R\$810.317 mil e pelas obrigações com operações compromissadas, da ordem de R\$144.513 mil.

O Passivo Exigível a Longo Prazo somou R\$313.002 mil em 31 de dezembro de 2009, correspondentes a 1,5% do passivo total. É formado principalmente pelo Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, no valor de R\$261.060 mil, que se refere à provisão sobre as diferenças temporárias decorrentes da amortização fiscal do ágio no ano.

O patrimônio líquido alcançou, em 31 de dezembro, R\$19.709.749 mil, composto por: capital social de R\$2.540.239 mil (12,9%), reserva de capital de R\$16.666.489 mil (84,6%), reserva de reavaliação de R\$23.551 mil (0,1%), reservas estatutárias de R\$706.119 mil (3,6%), reserva legal de R\$3.453 mil (0,02%) e, por fim, conta redutora de ações em Tesouraria, resultado do programa de recompra de ações de R\$230.102 mil.

É importante notar que possuímos uma política de aplicação do saldo em caixa que privilegia alternativas de baixo risco, o que se traduz em proporção expressiva de títulos públicos federais na sua carteira, adquiridos, muitas vezes, por intermédio de fundos de investimento. Assim, de forma geral, temos por princípio direcionar a maior parte de suas aplicações para fundos de investimento conservadores, com carteiras lastreadas majoritariamente por títulos públicos federais, cuja performance geral esteja atrelada à taxa Selic/CDI.

Considerando-se o descrito acima, o que reflete de forma consolidada as exigibilidades de curto e longo prazo, o baixo endividamento e a posição de liquidez e geração de caixa, entendemos que a Companhia apresenta ótimas condições para honrar os seus compromissos financeiros de curto e longo prazos.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas; e

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A BM&FBOVESPA tem como principal fonte de financiamento para capital de giro e investimentos em ativos não-circulantes a sua própria geração de caixa operacional.

Além disso, a BM&FBOVESPA possui contratos de arrendamento mercantil, substancialmente relacionados a equipamentos de informática. De acordo com o disposto no Pronunciamento Contábil CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil, aprovado pela Deliberação CVM 554/08, a Companhia classificou os contratos de arrendamento mercantil entre financeiros e operacionais, de acordo com suas características. O saldo em 31 de dezembro de 2008 era de R\$4.087 mil. Em 2009, o saldo em 31 de dezembro de 2009 é de R\$11.790 mil, com vencimento até 2011.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

- i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes
- ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras
- iii. grau de subordinação entre as dívidas
- iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Não aplicável.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não aplicável.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Comparação dos Resultados Operacionais dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2009 e 2008

Receita Operacional Bruta

Nossa Receita Operacional Bruta passou de R\$1.783.358 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 para R\$1.672.894 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, queda de 6,2%. Tal redução decorre, principalmente, da queda dos volumes negociados nos segmentos de ações (queda de 4,3%) e de derivativos (queda de 3,3%), devido à crise financeira mundial iniciada nos EUA em 2008 e que avançou pelos primeiros meses do ano de 2009.

Sistema de Negociação e/ou Liquidação – BM&F

Nossas Receitas de Negociação e/ou Liquidação – BM&F passaram de R\$634.230 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 para R\$552.492 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, queda de 12,9%. Essa redução decorre do comportamento dos itens abaixo:

Derivativos

As receitas de negociação de derivativos (clearing de derivativos) caíram 14,2%, passando de R\$601.275 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 para R\$516.052 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, como reflexo da queda de 3,3% no volume negociado de contratos derivativos e redução de 10,3% na receita média por contrato (RPC).

Câmbio

As receitas oriundas da negociação de câmbio pronto (clearing de câmbio) passaram de R\$21.302 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 para R\$20.849 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, queda de 2,1% que reflete, principalmente, a apreciação do real frente ao dólar norte-americano.

Ativos

As receitas advindas da negociação de títulos públicos (clearing de ativos) passaram de R\$330 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 para R\$155 mil no

exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, redução de 53,0%, como reflexo da queda de 76,9% no volume de títulos negociados.

Bolsa Brasileira de Mercadorias

As receitas oriundas da negociação de mercadorias por meio da Bolsa Brasileira de Mercadorias caíram 9,1%, de R\$7.865 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 para R\$7.146 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, como reflexo da queda no volume de negociação de títulos do agronegócio.

Banco

As receitas geradas pelo Banco BM&FBOVESPA aumentaram 139,7%, de R\$3.458 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 para R\$8.290 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, refletindo o aumento volume de serviços prestados.

Sistema de Negociação e/ou Liquidação - Bovespa

Nossas Receitas de Negociação e/ou Liquidação – Bovespa passaram de R\$1.055.028 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 para R\$1.032.201 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, queda de 2,2%. Essa redução decorre do comportamento dos itens abaixo:

Negociação – emolumentos de pregão

As receitas de negociação de ações caíram 2,2%, passando de R\$635.091 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 para R\$617.000 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, como reflexo da queda de 4,3% no volume negociado de ações.

Transações – compensação e liquidação

As receitas de compensação e liquidação dos negócios realizados no segmento Bovespa passaram de R\$259.355 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 para R\$232.166 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, queda de 10,5% que reflete a redução de 4,3% nos volumes negociados e alteração na política de preços.

Empréstimo de Valores Mobiliários

As receitas geradas pelo serviço de empréstimo de ações (Banco de Títulos CBLC) caíram 32,0%, de R\$48.528 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 para R\$32.989 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, como resultado da redução do volume de operações registradas nesse sistema.

Listagem de Valores Mobiliários

As receitas advindas da listagem de valores mobiliários aumentaram 32,8%, de R\$29.776 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 para R\$39.549 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, como resultado da implantação da nova política de preços para listagem de valores mobiliários, implementada em janeiro de 2009, e da redução gradual dos descontos concedidos para as empresas que se listaram nos segmentos de governança corporativa nos últimos anos.

Depositária, Custódia e Back-office

As receitas geradas pelo serviço depositária, custódia e back-office aumentaram 12,3%, de R\$62.523 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 para R\$70.231 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, como resultado do aumento de 3,1% no número de contas de custódia e também da implementação, em maio de 2009, da nova política de preços que instituiu uma taxa de custódia por volume depositado.

Acesso dos Participantes de Negociação

As receitas advindas do acesso dos participantes de negociação cresceram 103,8%, de R\$19.755 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 para R\$40.266 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009. Essa alta deve-se, principalmente, à nova política de acesso para participantes que entrou em vigor a partir de janeiro de 2009.

Outras Receitas Operacionais

Nossas Outras Receitas Operacionais passaram de R\$94.100 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 para R\$88.201 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, queda de 6,3%. Essa redução decorre do comportamento dos itens abaixo:

Vendors – Cotações e Informações de Mercado

As receitas geradas pela distribuição e venda de cotações e informações de mercado aumentaram 33,1%, de R\$43.359 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 para R\$57.691 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, como resultado da nova política de preços para esse serviço que entrou em vigor em abril de 2009.

Taxa de Classificação de Mercadorias

As receitas advindas da classificação de mercadorias cresceram 21,8%, de R\$3.535 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 para R\$4.304 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009. O aumento decorreu, principalmente, do maior volume de fardos de algodão classificados por nossos laboratórios.

Outras

A conta outras receitas caiu 44,5%, de R\$47.206 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 para R\$26.206 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009. A redução ocorreu, basicamente, em função da menor quantia em dividendos recebida da participação acionária no CME Group e da reversão de provisões.

Deduções da Receita

As deduções da Receita passaram de R\$181.347 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 para R\$170.350 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, queda de 6,1%. Essa queda está em linha com a redução da Receita Operacional Bruta da Companhia.

Receita Operacional Líquida

Como resultado das variações apresentadas acima, nossa Receita Operacional Líquida somou R\$1.602.011 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 e R\$1.502.544 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, queda de 6,2%.

Despesas Operacionais

Nossas Despesas Operacionais passaram de R\$723.658 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 para R\$569.832 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, queda de 21,3%. Essa redução decorre do processo de integração da BM&F S.A. e da Bovespa Holding S.A., no qual foi implantado um programa de identificação de sinergias com o intuito de reduzir as despesas operacionais através da eliminação de atividades comuns, e dos demais itens relacionados abaixo:

Pessoal e encargos

As despesas com pessoal e encargos aumentaram 17,2%, de R\$247.349 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 para R\$289.806 mil no exercício social encerrado

em 31 de dezembro de 2009, principalmente pelo aumento de despesas com o plano de *stock options* dos funcionários em 2009, que atingiu R\$59.634 mil (R\$26.359 mil em 2008).

Processamento de dados

As despesas com processamento de dados somaram R\$141.282 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 e R\$102.596 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, queda de 27,4%, resultante da captura de sinergias proporcionadas pela integração das duas bolsas (Bovespa e BM&F).

Depreciação e amortização

As despesas com depreciação e amortização aumentaram 20,6%, de R\$35.140 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 para R\$42.396 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009. O aumento foi decorrente, principalmente, das aquisições nos grupos de equipamentos de computação e instalações.

Serviços de terceiros

As despesas com serviços de terceiros mantiveram praticamente estáveis, com alta de 3,3%, passando de R\$44.043 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 para R\$45.495 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009. As sinergias capturadas nessa linha de despesas foram mais que compensadas pela contratação de terceiros envolvidos em projetos pontuais e estratégicos da Companhia, em especial no quarto trimestre de 2009, tais como os projetos de parceria com o CME Group e com a Nasdaq OMX, o Programa de Qualificação Operacional – PQO junto às corretoras, entre outros.

Manutenção em geral

As despesas com manutenção em geral caíram 18,7%, de R\$13.536 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 para R\$11.007 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, resultante da captura de sinergias proporcionadas pela integração das duas bolsas (Bovespa e BM&F).

Comunicações

As despesas com comunicações cresceram 25,1%, de R\$18.721 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 para R\$23.428 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009. Essa alta deve-se, basicamente, ao aumento do número de negócios realizados no segmento Bovespa, uma vez que os investidores recebem, por correspondência, um aviso de negociação referente às operações realizadas.

Locações

As despesas com locações somaram R\$4.351 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 e R\$3.032 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, queda de 30,3%, resultante da captura de sinergias proporcionadas pela integração das duas bolsas (Bovespa e BM&F).

Materiais de consumo

As despesas com materiais de consumo caíram 30,8%, de R\$3.629 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 para R\$2.510 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, resultante da captura de sinergias proporcionadas pela integração das duas bolsas (Bovespa e BM&F).

Promoção e divulgação

As despesas com promoção e divulgação somaram R\$31.446 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 e R\$19.555 mil no exercício social encerrado em 31 de

dezembro de 2009, queda de 37,8%, resultante da captura de sinergias proporcionadas pela integração das duas bolsas (Bovespa e BM&F).

Impostos e taxas

Os impostos sobre taxas pagos pela Companhia somaram R\$1.655 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 e R\$2.323 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, alta de 40,4%, resultante, basicamente, de impostos incidentes sobre pagamentos efetuados no exterior, geradas pelo aumento dos serviços prestados por terceiros em decorrência de projetos pontuais e estratégicos da Companhia.

Honorários do conselho

Os gastos com honorários do conselho foram de R\$9.219 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 e R\$5.252 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, queda de 43,0%. Essa redução está relacionada ao fato de que antes da fusão entre as duas bolsas (Bovespa e BM&F), ocorrida em maio de 2008, eram mantidos dois conselhos de administração e, mesmo após a fusão, foi mantido por mais alguns meses um Conselho de Administração de transição formado pela maior parte dos conselheiros das duas bolsas (Bovespa e BM&F).

Gastos com integração

Os gastos com integração somaram R\$129.576 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 e não se repetiram no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009.

Diversas

As despesas diversas somaram R\$43.711 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 e R\$22.432 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, queda de 48,7% resultante da captura de sinergias proporcionadas pela integração das duas bolsas (Bovespa e BM&F).

Amortização de ágio

As despesas com amortização de ágio passaram de R\$324.421 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 para R\$0 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, tendo em vista a alteração normativa no tratamento contábil do ágio (de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo CPC em 2008), que deixou de ser amortizado na demonstração de resultados a partir de 1º de janeiro de 2009.

Resultado financeiro

O resultado financeiro caiu 17,0%, de R\$305.972 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 para R\$253.862 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009. Essa redução deve-se à diminuição da taxa de juros que remunera o nosso caixa e aplicações financeiras.

Resultado antes da tributação sobre o lucro

O Resultado antes da tributação sobre o lucro passou de R\$859.904 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 para R\$1.186.574 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, alta de 38,0%. Essa alta decorre, principalmente, da redução de 21,3% das despesas operacionais e da alteração normativa no tratamento contábil do ágio, conforme mencionado acima.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social somaram R\$212.741 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 e R\$304.505 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, alta de 43,1%, sendo que:

- A conta imposto de renda e a contribuição social correntes saiu de uma despesa de R\$331.879 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 para uma receita de R\$32.085 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, queda de 109,7%.
- A conta imposto de renda e a contribuição social diferidos saiu de uma receita de R\$119.138 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 para uma despesa de R\$336.590 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, queda 382,5%.

Em 2008, o ágio passou a ser dedutível para fins do imposto de renda e contribuição social após a incorporação da Bovespa Holding S.A. pela BM&F S.A., ocorrida em novembro de 2008. Com isso, o benefício fiscal da amortização do ágio passou a ser utilizado a partir de dezembro de 2008, sendo que a parcela do ágio amortizado não utilizado gerou um crédito tributário ativo no valor de R\$76.702 mil. Além do crédito tributário do ágio, foi constituído também crédito tributário ativo de prejuízo fiscal no montante de R\$35.036 mil.

Em 31 de dezembro de 2009, o passivo diferido de imposto de renda e contribuição social é explicado pela diferença temporária entre a base fiscal do ágio e seu valor contábil no balanço patrimonial, tendo em vista que o ágio continuou a ser amortizado apenas para fins fiscais, mas deixou de ser amortizado a partir de 1º de janeiro de 2009 nos registros contábeis, resultando em uma base fiscal menor que o valor contábil do ágio. O total constituído de passivo diferido referente à amortização fiscal do ágio em 2009 foi de R\$333.917 mil

Durante o segundo trimestre de 2009, foram reconhecidos créditos fiscais de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$35.503 mil relativos a prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social da antiga Bovespa Holding, não aproveitados à época da incorporação em razão de suposta limitação para aproveitamento (de apenas 30% do lucro líquido ajustado). A Companhia reavaliou esse procedimento durante o segundo trimestre de 2009 juntamente com seus consultores jurídicos, com base no entendimento de que essa limitação não se aplicaria aos casos de incorporação da pessoa jurídica, pois nesses casos não há a continuidade da Companhia e, portanto, inexistente limitação para o aproveitamento da totalidade do prejuízo fiscal existente. Assim, a Companhia efetuou o registro dos referidos créditos fiscais.

Participação minoritária

As participações minoritárias, que são as parcelas das subsidiárias Bolsa Brasileira de Mercadorias e Bolsa de Valores do Rio de Janeiro consolidadas em nossas demonstrações financeiras, mas que não pertencem à Companhia, somaram R\$1.567 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 e R\$1.019 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, queda de 35,0%.

Lucro líquido do exercício

O lucro líquido passou de R\$645.596 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 para R\$881.050 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, alta de 36,5%. Essa alta decorre, principalmente, da redução de 21,3% das despesas operacionais e da alteração normativa no tratamento contábil do ágio, as quais foram apenas parcialmente compensadas pelo aumento de 43,1% na linha de imposto de renda e contribuição social, decorrente do reconhecimento de passivo diferido.

Comparação das Contas Patrimoniais em 31 de dezembro de 2009 e 2008

Ativo Circulante

O ativo circulante aumentou 41,4%, passando de R\$1.965.461 mil em 31 de dezembro de 2008 (9,6% do ativo total) para R\$2.778.968 mil em 31 de dezembro de 2009 (13,1% do ativo total). As principais variações foram:

Disponibilidades e Aplicações Financeiras

As disponibilidades são representadas por recursos disponíveis basicamente em contas correntes bancárias e as aplicações financeiras, no curto e no longo prazo, por aplicações em bancos de primeira linha, fundos de investimento financeiro, títulos públicos, etc. Tais contas totalizaram R\$3.236.211 mil em 31 de dezembro de 2009, representando 15,3% dos nossos ativos totais naquela data, um aumento de 34,0% em relação aos R\$2.414.241 mil em 31 de dezembro de 2008, que representavam 11,8% dos nossos ativos totais naquela data. Um dos fatores do aumento das disponibilidades e aplicações financeiras foi o aumento do valor das garantias depositadas sob a forma de dinheiro pelos participantes dos nossos mercados, que por sua vez se deve ao aumento das operações no último trimestre de 2009 em relação ao mesmo período em 2008. Tais garantias integram o nosso ativo circulante e também o nosso passivo circulante.

Contas a Receber – líquido

As contas a receber (compostas em sua maioria por emolumentos, taxas e *vendors* a receber) tiveram uma redução de 61,8%, passando de R\$105.169 mil em 31 de dezembro de 2008 para R\$40.205 mil em 31 de dezembro de 2009. Tal redução é explicada pelo fato de que, a partir do pregão de 1º de outubro de 2009, as taxas de negociação e liquidação do segmento Bovespa passaram a ser liquidadas, em sua maioria, no terceiro dia útil após a data de negociação, sendo que anteriormente, a liquidação ocorria até o segundo mês subsequente a data de negociação.

Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

O ativo diferido de imposto de renda e a contribuição social diferidos, de curto e de longo prazo, tiveram uma redução de 61,9%, passando de R\$122.070 mil em 31 de dezembro de 2008 para R\$46.541 mil em 31 de dezembro de 2009. Essa queda decorre da mudança normativa no tratamento contábil da amortização do ágio, onde passamos a constituir, em 2009, um passivo diferido sobre as amortizações fiscais do ágio. O saldo de ativo diferido constituído em 2008 (no montante de R\$76.702 mil) foi reclassificado para o passivo em 2009, representando, assim, o montante líquido do crédito tributário do ágio.

Ativo não-circulante

O ativo não-circulante se manteve estável, com queda de 0,2%, passando de R\$18.464.628 mil em 31 de dezembro de 2008 (90,4% do ativo total) para R\$18.422.215 mil em 31 de dezembro de 2009 (86,9% do ativo total). As principais variações, além das já explicadas anteriormente, foram:

Depósitos Judiciais

Os depósitos judiciais somavam R\$84.895 mil em 31 de dezembro de 2009, uma redução de 9,6% comparados aos R\$93.885 mil apurados em 31 de dezembro de 2008. A redução decorre, basicamente, de levantamentos de depósitos judiciais em 2009.

Outros Investimentos

A conta Outros Investimentos permaneceu estável, passando de R\$1.318.282 mil em 31 de dezembro de 2008 (6,5% do ativo total) para R\$1.319.439 mil em 31 de dezembro de 2009 (6,2% do ativo total), sendo composta principalmente pela participação acionária no CME Group, no valor de R\$1.276.199 mil. Em 2010, essa participação acionária será reclassificada de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 38, conforme explicado no item 10.4.b.

Imobilizado

O imobilizado passou de R\$247.850 mil em 31 de dezembro de 2008 (1,2% do ativo total) para R\$268.895 mil em 31 de dezembro de 2009 (1,3% do ativo total), alta de 8,5%. O cres-

cimento se deu basicamente ao aumento dos equipamentos de computação e das instalações.

Intangível

O ativo intangível teve uma leve alta de 0,2%, passando de R\$16.089.633 mil em 31 de dezembro de 2008 para R\$16.117.930 mil em 31 de dezembro de 2009. O ativo intangível é composto pelo: (i) ágio, que permaneceu estável em R\$16.064.309 mil em 31 de dezembro de 2008 e 2009, representando 78,6% do ativo total em 2008 e 75,8% do ativo total em 2009; e (ii) softwares e projetos, que tiveram uma alta de 111,7%, passando de R\$25.324 mil em 31 de dezembro de 2008 para R\$53.621 mil em 31 de dezembro de 2009, devido à aquisição, implantação e o desenvolvimento de novos softwares e sistemas.

Passivo circulante

O passivo circulante teve uma alta de 8%, passando de R\$1.075.744 mil em 31 de dezembro de 2008 (5,3% do passivo total) para R\$1.162.075 mil em 31 de dezembro de 2009 (5,5% do passivo total). As principais variações foram:

Garantias recebidas em operações

As garantias recebidas em operações somavam R\$810.317 mil em 31 de dezembro de 2009 (3,8% do passivo total), uma alta de 38,3% comparados aos R\$585.963 mil apurados em 31 de dezembro de 2008 (2,9% do passivo total). A variação é decorrente do aumento do valor das garantias depositadas sob a forma de dinheiro pelos participantes dos nossos mercados, que por sua vez se deve ao crescimento das operações no último trimestre de 2009 em relação ao mesmo período em 2008.

Proventos e direitos sobre títulos em custódia

A queda de 11,4% nos proventos e direitos sobre títulos em custódia, que passou de R\$36.020 mil em 31 de dezembro de 2008 para R\$31.897 mil em 31 de dezembro de 2009, é decorrente da diminuição do montante de proventos em bloqueio judicial.

Financiamentos

O aumento de 127,4% nos financiamentos, passando de R\$4.087 mil em 31 de dezembro de 2008 para R\$9.295 mil em 31 de dezembro de 2009, devido ao aumento das operações de arrendamento mercantil financeiro de equipamentos de informática.

Outras obrigações

A conta Outras obrigações teve alta de 15,7%, passando de R\$168.404 mil em 31 de dezembro de 2008 (0,8% do passivo total) para R\$194.895 mil em 31 de dezembro de 2009 (0,9% do passivo total). A alta se deve principalmente ao aumento das obrigações com depósitos e operações compromissadas relativos às operações do Banco BM&F.

Passivo não-circulante

O passivo não-circulante somava R\$313.002 mil em 31 de dezembro de 2009 (1,5% do passivo total), uma alta de 569,8% comparados aos R\$46.729 mil apurados em 31 de dezembro de 2008 (0,2% do passivo total). A variação se deu principalmente pela constituição do passivo diferido de imposto de renda e contribuição social, no valor de R\$261.060 mil em 31 de dezembro de 2009, decorrente da diferença temporária entre a base fiscal do ágio e seu valor contábil no balanço patrimonial, tendo em vista que o ágio continua a ser amortizado para fins fiscais, mas deixou de ser amortizado a partir de 1º de janeiro de 2009 nos registros contábeis, resultando em uma base fiscal menor que o valor contábil do ágio.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido teve alta de 2,2%, passando de R\$19.291.724 mil em 31 de dezembro de 2008 (94,4% do passivo total) para R\$19.709.749 mil em 31 de dezembro de 2009 (93,0%

do passivo total), resultante da constituição de Reserva Estatutária para investimentos e composição dos fundos e mecanismos de salvaguarda da Companhia, pela destinação do Lucro Líquido do Exercício.

10.2. Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Em 2009, a Companhia apresentou uma receita operacional bruta consolidada de R\$1.672.894 mil, queda de 6,2% em relação aos R\$1.783.358 mil apresentados em 2008, sendo que:

- a negociação e liquidação no segmento Bovespa respondeu por 50,8%, ou seja, R\$849.166 mil, queda de 5,1% em relação à 2008, refletindo a redução de 4,3% no volume negociado entre os dois exercícios sociais. Contudo, no decorrer de 2009 a performance dos volumes melhorou sensivelmente, com o segundo semestre de 2009 apresentando crescimento de 34,5% nas receitas de negociação e liquidação em relação ao primeiro semestre, sendo que o quarto trimestre de 2009 atingiu níveis históricos de negociação; e
- a negociação e liquidação no segmento BM&F respondeu por 32,1%, ou seja, R\$537.056 mil, o que representa diminuição de 13,8% em relação a 2008. Tal declínio resulta da redução da receita média por contrato (RPC) em 10,3% e da queda de 3,3% nos volumes negociados.

Com isso, 82,9% da receita da Companhia correspondeu à negociação e liquidação em mercados de renda variável e de derivativos, sendo que essa participação foi de 85,1% em 2008.

Os tributos incidentes sobre as receitas foram de R\$170.350 mil, correspondendo a aproximadamente 10,2% da receita operacional bruta da Companhia.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Imposto de Renda, Contribuição Social e Amortização do Ágio

Em 2009, o lucro antes dos impostos (LAIR) foi de R\$1.186.574 mil. A linha de Imposto de Renda e Contribuição Social somou R\$304.505 mil, sendo composta basicamente por Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, no valor de R\$336.590 mil, que não representaram efeito caixa no exercício.

Esse valor de Imposto de Renda e Contribuição Social decorre:

- da constituição de passivo fiscal diferido de R\$333.917 mil sobre diferenças temporárias oriundas da amortização fiscal do ágio no ano, com impacto neutro no caixa;
- do reconhecimento de créditos fiscais no montante de R\$35.503 mil relativos a prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social da antiga Bovespa Holding

O EBITDA foi de R\$975.108 mil em 2009, crescimento de 6,7% sobre 2008, quando atingiu R\$913.493 mil. A Margem EBITDA também subiu de 57,0% para 64,9% entre os dois exercícios.

Em 2009, a BM&FBOVESPA apresentou lucro líquido de R\$881.050 mil, aumento de 36,5% em relação ao ano anterior, tendo em vista a redução das despesas mencionadas anteriormente. Além disso, (i) em 2009, não tivemos as despesas não-recorrentes verificadas em 2008, da ordem de R\$129.576 mil, referentes a gastos com o processo de integração da BM&F S.A. com a Bovespa Holding S.A.; (ii) ainda em 2008, havia sido apropriada ao resultado a despesa referente à amortização proporcional do ágio decorrente da incorporação das ações da Bovespa Holding S.A., no montante de R\$324.421 mil, cujo impacto líquido no resultado foi de R\$235.075 mil; e (iii) por outro lado, no exercício de 2009, foi constituído passivo fiscal diferido de R\$333.917 mil sobre diferenças temporárias oriundas da amortização fiscal do ágio no ano, com impacto neutro no caixa.

Considerando os valores mencionados acima, a alíquota tributária efetiva do ano de 2009 ficou em 25,7%.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

As receitas que sofreram variação devido a alterações na política de preços e efeitos da taxa de câmbio foram:

- Listagem: aumento de 32,8% na receita de listagem de valores mobiliários, devido à mudança nos preços e ao fim dos descontos para empresas listadas nos Níveis Diferenciados de Governança Corporativa;
- Depositária: crescimento de 12,3% nas receitas da depositária, custódia e back-office, dada a mudança na política de preços que implantou taxa adicional baseada no valor em custódia dos investidores residentes com mais de R\$300 mil;
- Acesso: aumento de 103,8%, oriundo da implementação da política de acesso para ambos os segmentos de negociação;
- Vendor: crescimento de 33,1% em relação a 2008, devido à implementação da nova política de preços em abril de 2009;
- Empréstimo de Títulos: queda de 32,0% nos empréstimos de valores mobiliários, atividade que foi muito afetada no primeiro semestre de 2009 por conta das condições do mercado e que apresentou sensível recuperação no semestre seguinte; e
- Receita média dos contratos negociados no Segmento BM&F: queda de 10,3% entre 2008 e 2009, decorrente (i) da extinção dos descontos em agosto de 2008, válida até o final de novembro de 2008, que inflou as receitas por contrato no período; (ii) da valorização cambial, que impactou negativamente as receitas nos contratos de taxa de câmbio, de taxas de juros em dólares e nos contratos de commodities; e (iii) dos descontos para o acesso via DMA e para os investidores de alta frequência.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Para informações sobre os impactos da política de preços e da taxa de câmbio nos resultados da Companhia, vide alínea (b) deste item 10.2. acima.

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional em nossas atividades durante os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008 ou 2009 que tenha causado ou se espera que venha a causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da nossa Companhia.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

A Companhia divulgou, por meio de fato relevante, no dia 11 de fevereiro de 2010, que assinou com o CME Group, Protocolo de Intenções para firmar um acordo de parceria estratégica preferencial global que contempla: (i) a cooperação das duas bolsas em investimentos e acordos comerciais em bolsas internacionais, em bases iguais e compartilhadas; (ii) o desenvolvimento, em conjunto com o CME Group, de uma nova plataforma eletrônica de negociação multiativos; e (iii) a elevação da participação societária da BM&FBOVESPA no CME Group para 5% do capital desta última (com o direito da BM&FBOVESPA de eleger um membro do conselho de administração do CME Group), equivalente, na data do fato relevante, a aproximadamente US\$ 1 bilhão. O investimento que a Companhia realizará para elevação da sua participação societária para 5% será de aproximadamente US\$ 620 milhões e deverá ser aprovada por Assembleia de Acionistas.

A aprovação dos termos finais e a efetivação da parceria estratégica dependem, dentre outras condições, de deliberação do Conselho de Administração da BM&FBOVESPA. A depender dos termos finais aprovados, e sendo caracterizada uma influência significativa da BM&FBOVESPA sobre o CME Group, poderá se configurar a contabilização do investimento sob o regime da equivalência patrimonial (nos termos do CPC 18).

c. eventos ou operações não usuais

Não ocorreram, durante os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008 e 2009, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia e/ou suas atividades que tenha causado ou se espera que venha a causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da nossa Companhia.

10.4. Os diretores devem comentar:

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

Lei 11.638/07 e Medida Provisória 449/08, convertida na Lei 11.941/09

Com a promulgação da Lei 11.638/07 e a edição da Medida Provisória 449/08, convertida na Lei 11.941/09, foram alterados, revogados e introduzidos novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, quanto a determinadas práticas contábeis e formas de apresentação das demonstrações financeiras, vigentes a partir do encerramento do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008. A Lei 11.638/07 e a MP 449/08 tiveram como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB". Adicionalmente, em decorrência da promulgação da Lei 11.638/07 e da MP 449/08, durante o ano de 2008 foram editados diversos pronunciamentos contábeis pelo Comitê de Pro-

nunciamentos Contábeis (CPC), aplicáveis a todas as companhias constituídas sob a forma de sociedades por ações, incluindo companhias de capital aberto e sociedades de grande porte.

As principais alterações nas práticas contábeis e seus impactos sobre nossas demonstrações financeiras para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2009 e 2008 foram os seguintes:

- (i) Remuneração baseada em ações – Conforme CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações aprovado pela Deliberação CVM 562/08, a Companhia reconheceu como despesas as parcelas dos contratos existentes em 31 de dezembro de 2008 relativos a Planos de Opções de Compra de Ações (opções de ações) outorgados a administradores e empregados.
- (ii) Ativo Diferido – Os gastos ativados e registrados no ativo diferido relacionados a licenças adquiridas de programas de computador e gastos com desenvolvimento de software foram reclassificados para o ativo intangível.
- (iii) Resultado não operacional – Eliminou a segregação do grupo de resultados não operacionais na demonstração do resultado do exercício. As receitas e despesas anteriormente apresentadas como resultado não operacional passaram a ser apresentadas no grupo de resultados operacionais.
- (iv) Operações de arrendamento mercantil – A Companhia possuía contratos de arrendamento mercantil, substancialmente relacionados a equipamentos de informática. De acordo com o disposto no Pronunciamento Contábil CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil, aprovado pela Deliberação CVM 554/08, a Companhia classificou os contratos de arrendamento mercantil entre financeiros e operacionais, de acordo com suas características.

Os equipamentos de informática objeto de contratos de arrendamento mercantil financeiros foram registrados no imobilizado e o correspondente saldo devedor, na rubrica “Financiamentos”.

Novos Pronunciamentos Contábeis

As normas e interpretações de normas relacionadas a seguir, foram publicadas e são obrigatórias para os exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2010. Além dessas, também foram publicadas outras normas e interpretações que alteram as práticas contábeis adotadas no Brasil, dentro do processo de convergência com as normas internacionais. As normas e interpretações a seguir são aquelas aplicáveis às demonstrações financeiras da Companhia:

- Deliberação CVM nº 577/2009 – CPC 20 – Custos de Empréstimos;
- Deliberação CVM nº 581/2009 – CPC 21 – Demonstração Intermediária;
- Deliberação CVM nº 582/2009 – CPC 22 – Informação por Segmento;
- Deliberação CVM nº 583/2009 – CPC 27 – Ativo Imobilizado;
- Deliberação CVM nº 592/2009 – CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro;
- Deliberação CVM nº 593/2009 – CPC 24 – Evento Subsequente;
- Deliberação CVM nº 594/2009 – CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes;
- Deliberação CVM nº 595/2009 – CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis;
- Deliberação CVM nº 597/2009 – CPC 30 – Receitas;
- Deliberação CVM nº 598/2009 – CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada;
- Deliberação CVM nº 599/2009 – CPC 32 – Tributos sobre o Lucro;

- Deliberação CVM nº 600/2009 – CPC 33 – Benefícios a Empregados;
- Deliberação CVM nº 601/2009 – ICPC 08 – Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos;
- Deliberação CVM nº 604/2009 – CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração;
- Deliberação CVM nº 604/2009 – CPC 39 – Instrumentos Financeiros: Apresentação;
- Deliberação CVM nº 604/2009 – CPC 40 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação;
- Deliberação CVM nº 605/2009 – CPC 18 – Investimento em Coligada;
- Deliberação CVM nº 606/2009 – CPC 19 – Participação em Empreendimento Controlado em Conjunto (Joint Venture);
- Deliberação CVM nº 607/2009 – CPC 35 – Demonstrações Separadas;
- Deliberação CVM nº 608/2009 – CPC 36 – Demonstrações Consolidadas;
- Deliberação CVM nº 609/2009 – CPC 37 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade;
- Deliberação CVM nº 610/2009 – CPC 43 – Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40;
- Deliberação CVM nº 613/2009 – ICPC 03 – Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil;
- Deliberação CVM nº 614/2009 – ICPC 04 – Alcance do Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações;
- Deliberação CVM nº 615/2009 – ICPC 05 – Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações - Transações de Ações do Grupo e em Tesouraria;
- Deliberação CVM nº 618/2009 – ICPC 09 – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial;
- Deliberação CVM nº 619/2009 – ICPC 10 – Esclarecimentos sobre os Pronunciamentos Técnicos CPC 27 – Ativo Imobilizado e CPC 28 – Propriedade para Investimento.

Os pronunciamentos e interpretações acima são aplicáveis ao exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2010 e às demonstrações financeiras relativas a 31 de dezembro de 2009 a serem divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras relativas a 31 de dezembro de 2010, para fins de comparação.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Na análise da Administração, não se espera impactos significativos no resultado e patrimônio líquido da Companhia decorrentes da adoção dos novos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, exceto pelo tratamento adotado no caso do investimento no CME Group.

CPC38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração

Pelas normas vigentes até 31 de dezembro de 2009, o investimento no CME Group está registrado pelo custo histórico no Ativo Permanente, de acordo com o disposto no CPC 14. O valor do Investimento foi submetido à análise de redução do valor recuperável (*impairment*). Tal avaliação foi efetuada considerando o critério de avaliação do fluxo de caixa descontado (Valor em Uso), permitido pelo CPC 01 para os investimentos avaliados pelo método de custo.

A partir da entrada em vigência do Pronunciamento Técnico CPC 38, válido para o exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2010, o Investimento será reclassificado para o grupo de Instrumentos Financeiros, na categoria de Ativos Financeiros Disponíveis para

Venda e ajustado ao valor justo. Ainda de acordo com o referido pronunciamento, para este fim, o preço do ativo a ser utilizado para apuração do valor justo passa a ser sua cotação em Bolsa.

Quando da classificação do investimento nessa categoria, a análise de potencial redução do valor recuperável passará a ser efetuada a partir da comparação do valor de mercado das ações na data-base da avaliação com o seu custo de aquisição (CPC 38), cujo indicativo de perda é o declínio significativo ou prolongado no preço de mercado das ações.

A aplicação da avaliação do valor recuperável dos ativos, de acordo com o CPC 38, resultará no reconhecimento de perda no valor recuperável do investimento no CME Group no montante de R\$460.610 mil, líquido dos efeitos tributários, a ser reconhecida no Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2008, data de início de aplicação das novas normas para efeito de comparação (início do exercício de 2009), face ao declínio significativo no preço de mercado das ações do CME Group no quarto trimestre de 2008. Assim sendo, ficará estabelecida a nova base de custo para o investimento, que passará a ser de R\$578.306 mil em 31 de dezembro de 2008. Adicionalmente, no decorrer do exercício de 2009, com base no novo patamar de custo do investimento, as ações do CME Group, em decorrência do aumento em seu valor, gerarão um efeito positivo de marcação a mercado, no montante de R\$77.396 mil, líquido dos efeitos tributários.

Pelas novas normas, considerando ambos os efeitos acima mencionados, em 31 de dezembro de 2010, o Patrimônio Líquido da Companhia terá um impacto líquido negativo de R\$383.214 mil. Há que se destacar que esses ajustes não alteram as bases de distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio (JCP) de 2008 e 2009, que seguiram as normas vigentes à época.

CPC10 – Pagamento Baseado em Ações

Em atendimento ao disposto no CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Deliberação CVM 562/08, as obrigações decorrentes das opções de ações existentes em 31 de dezembro de 2008 foram reconhecidas durante o período no qual o direito foi adquirido (geralmente representado pelo período no qual o serviço é prestado), e apresentaram os seguintes impactos: (i) diretamente o Patrimônio Líquido, no tocante ao período passado referente à retribuição por serviços prestados anteriormente à data de adoção do CPC 10, ou seja, 1º de janeiro de 2008; (ii) na demonstração do resultado, relativamente à parcela dos serviços prestados ao longo do exercício de 2008; (iii) prospectivamente, ao longo dos próximos três anos estabelecidos para cumprimento das condições de exercício das opções (prestação dos serviços futuros).

Como resultado, a Companhia reconheceu como efeito da adoção do CPC 10, o montante de R\$229.519 mil diretamente contra reservas de lucros em contrapartida de reservas de capital e reconheceu as despesas relativas ao exercício de 2008 no montante de R\$26.359 mil em contrapartida de reservas de capital no patrimônio líquido.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Nas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008 e 2009, não foram feitas ressalvas ou ênfases nos relatórios emitidos pelos nossos auditores externos.

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes às provisões necessárias para passivos contingentes, valor justo de certos instrumentos financeiros, determinações de provisões para impostos de renda, determinação da vida útil de certos ativos, redução ao valor recuperável de ativos e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. A BM&FBOVESPA e as entidades consolidadas revisam essas estimativas e premissas pelo menos quando da preparação das demonstrações financeiras.

Principais práticas contábeis

a. Apuração do resultado

As receitas e as despesas são apropriadas em resultado pelo regime de competência. Os valores recebidos a título de anuidades, caso da listagem de valores mobiliários e de alguns contratos de comercialização de informações sobre o mercado, são reconhecidos proporcional e mensalmente no resultado do período.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa para fins de demonstração dos fluxos de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários.

c. Instrumentos financeiros

(i) Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente ou ativos designados pela entidade, no reconhecimento inicial, como mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação e, dessa forma, são classificados nesta categoria. Os ativos dessa categoria mantidos para negociação são classificados

como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem.

Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem as contas a receber de clientes e demais contas a receber. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Ativos mantidos até o vencimento

São ativos financeiros cotados em um mercado ativo, adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício, usando o método da taxa de juros efetiva.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são "não derivativos" que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são incluídos em ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. Os ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo. Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados com o uso do método da taxa de juros efetiva, são reconhecidos na demonstração do resultado como receitas financeiras. A parcela correspondente à variação no valor justo é lançada contra o patrimônio líquido, na conta ajustes de avaliação patrimonial, sendo realizada contra resultado quando da sua liquidação ou por perda considerada permanente (*impairment*).

Valor justo

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de mercado. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação, como por exemplo, os modelos de precificação de opções.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*).

(ii) Instrumentos derivativos e atividades de hedge

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, mensurados ao seu valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado, exceto quando o derivativo for designado como um instrumento de hedge de fluxo de caixa.

Embora a Companhia faça uso de derivativos através dos fundos de investimento exclusivos com o objetivo de proteção, ela não aplica a chamada contabilização de hedge (*hedge accounting*).

d. Contas a receber, outros créditos e provisão para perdas com crédito

As contas a receber e os outros créditos são avaliados no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A Administração adota como política de provisão para créditos de liquidação duvidosa o provisionamento integral dos créditos vencidos há mais de 60 dias.

e. Despesas antecipadas

As despesas antecipadas registram basicamente os valores decorrentes de contratos de manutenção de softwares e prêmios de seguros, sendo essas despesas amortizadas conforme a duração do contrato em vigor.

f. Investimentos

Os investimentos em entidades e sociedades controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional. As práticas contábeis das controladas são consistentes com as práticas adotadas pela Companhia.

Os outros investimentos são registrados pelo custo de aquisição ou incorporação e deduzido de provisão para ajustá-lo ao valor de realização quando a perda for considerada permanente.

g. Ativos intangíveis

Um ativo intangível é um ativo não-monetário identificável sem substância física ou, então, o ágio (*goodwill*).

Ágio

O ágio ou deságio determinado na aquisição de um investimento é calculado como a diferença entre o valor de compra e o valor contábil do patrimônio líquido da empresa adquirida. O ágio ou deságio é subdividido em duas categorias: (i) mais-valia de ativos, representada pela diferença entre o valor contábil da empresa adquirida e o valor justo dos ativos e passivos e (ii) rentabilidade futura, representada pela diferença entre o valor justo dos ativos e passivos e o valor de compra.

A parcela correspondente a mais-valia ou menos-valia foi alocada aos respectivos ativos adquiridos/incorporados. A parcela correspondente a mais-valia de ativos é amortizada na proporção em que estes ativos são realizados, no prazo de até 22 anos.

A parcela fundamentada em expectativas de resultado futuro é registrada no grupo de intangíveis e foi amortizada até 31 de dezembro de 2008, considerando um prazo de 10 anos e na extensão e proporção dos resultados projetados que o determinaram. A parcela fundamentada em expectativas de resultado futuro deixou de ser amortizada a partir de 1º de janeiro de 2009.

Softwares e projetos

Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração da equipe de desenvolvimento de softwares.

Os gastos com o desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis.

h. Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição ou construção. As depreciações são calculadas pelo método linear e levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

i. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM 489/2005.

- Ativos contingentes – Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a administração possui total controle da situação, não cabendo sobre eles mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.
- Passivos contingentes – São constituídos levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos; a natureza das ações; a similaridade com processos anteriores; a complexidade; e no posicionamento de tribunais, sempre que a perda é avaliada como provável, o que ocasionaria a provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos são mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não são provisionados nem possuem a obrigatoriedade de serem divulgados.
- Obrigações legais – Decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objetivo de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

j. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

k. Outros ativos e passivos

São demonstrados pelos valores conhecidos e de realização/liquidação, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos e encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data dos balanços.

l. Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ágio e os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda,

sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

m. Arrendamento mercantil

Os arrendamentos mercantis de imobilizado nos quais a Companhia fica substancialmente com todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamento financeiro. Os arrendamentos financeiros são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento).

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade ficam com o arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos feitos para os arrendamentos operacionais (líquidos de todo incentivo recebido do arrendador) são reconhecidos diretamente no resultado.

n. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

o. Benefícios a funcionários

(i) Obrigações de pensão

A Companhia não possui planos de benefício definido. A Companhia oferece aos seus funcionários um plano de contribuição definida e fez contribuições em bases contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a Companhia não terá obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

(ii) Remuneração com base em ações (opções de ações)

A Companhia oferece a empregados e executivos planos de remuneração com base em ações, liquidados em ações da Companhia, segundo os quais a Companhia recebe os serviços como contraprestações das opções de compra de ações. O valor justo das opções concedidas relativas a serviços a serem prestados é reconhecido como despesa, durante o período no qual o direito é adquirido (período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas), que geralmente representa o período no qual o serviço é prestado. Na data do balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições estabelecidas e reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida a reserva de capital no patrimônio líquido, prospectivamente.

p. Financiamentos

Os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos re-

cursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os financiamentos são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*).

q. Ativos e passivos circulantes e não circulantes

A segregação entre circulante e não circulante (realizável e exigível a longo prazo) é efetuada considerando o prazo de 365 dias, a contar da data-base das demonstrações financeiras.

r. Conversão em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais usando-se as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa cambial da data do balanço. Ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado.

s. Impostos e contribuições

A BM&FBOVESPA é uma sociedade por ações com fins lucrativos e, portanto, tem seus resultados sujeitos a determinados tributos e contribuições abaixo relacionados.

As provisões para imposto de renda, contribuição social e demais tributos foram calculadas às alíquotas a seguir apresentadas:

- Imposto de renda 15,00%
- Adicional de imposto de renda 10,00%
- CSLL 9,00%
- PIS 1,65%
- Cofins 7,60%

O Banco BM&F de Serviços de Liquidação e Custódia S.A. calcula as contribuições de PIS e Cofins às alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente e CSLL a 15% a partir de 1º de maio de 2008.

As controladas Bolsa Brasileira de Mercadorias e Bolsa de Valores do Rio de Janeiro (BVRJ) são entidades sem fins lucrativos e calculam o PIS à alíquota de 1% sobre a folha de pagamento.

t. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas definidas atualmente para determinação desses impostos diferidos são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação a todas as diferenças temporárias tributáveis, ou seja, sobre as diferenças que resultarão em valores a serem adicionados no

cálculo do resultado tributável de exercícios futuros, quando o valor contábil do ativo ou passivo for recuperado ou liquidado.

u. Lucro por ação

É calculado com base na quantidade de ações em circulação na data das demonstrações financeiras.

10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Auditoria Interna

A auditoria interna da Companhia, está a cargo da Diretoria de Auditoria. Em 2009, essa Diretoria realizou trabalhos de avaliação de controles internos da BM&FBOVESPA, conforme plano de trabalho aprovado pelo Comitê de Auditoria, sendo realizadas as seguintes auditorias: Financeira e Contábil; Controles Gerais de Tecnologia da Informação; Monitoração e Operação e Gestão de Terceiros; e atividades do Banco BM&F.

Os resultados da auditoria são apresentados à área auditada, ao Diretor Presidente e ao Comitê de Auditoria. Salienta-se, ainda, que a Diretoria de Auditoria acompanha os planos de ação apresentados com vista a avaliar o aprimoramento dos controles.

Por fim, a Diretoria de Auditoria realiza o monitoramento do cumprimento das regras de negociação com valores mobiliários pelos colaboradores da Companhia, conforme Código de Conduta interno e encaminha eventuais infrações para os membros do Comitê do Código de Conduta.

Política de Segurança da Informação

Em 2009, foi adotado novo modelo de gestão da Segurança da Informação na BM&FBOVESPA, incluindo a definição e a implementação de novos controles e a reestruturação da área de Gestão de Segurança da Informação, utilizando como referência a norma ISO/IEC 27001, que estabelece um padrão para o sistema de gerenciamento da segurança da informação.

Essas implementações unificaram as políticas e procedimentos que existiam na Bovespa e na BM&F, aprimoraram os controles, reduzindo o risco e a exposição da Companhia a potenciais perdas, além de fortalecerem importantes mecanismos de suporte à governança corporativa.

Aprimoramento dos Controles Internos

As melhorias nos controles internos previstas para 2009 constituíram um plano de ação criado para garantir a eficiência e a confiabilidade dos processos da área financeira no contexto de integração da BM&FBOVESPA e de suas controladas.

Para tanto, foram implantadas novas iniciativas com o objetivo de aprimorar os controles internos da Companhia, que contemplam o mapeamento e revisão de fluxos de informações e processos, a primeira fase de integração do sistema de ERP e melhorias nos relatórios de suporte à contabilidade.

Em 2010, a Companhia pretende implantar: um módulo de Workflow do ERP para todas as aquisições, contratações e pagamentos; um novo Sistema de Orçamento e Informações Gerenciais; um novo Sistema de Custeio por Atividades; unificação dos Planos de Contas do grupo BM&FBOVESPA e a criação da Diretoria de Risco Corporativo.

As iniciativas realizadas e em fase de conclusão elevam os padrões de controles internos da Companhia, trazendo ganhos de eficiência e de segurança aos processos internos e também à relação da empresa com seus clientes e fornecedores.

b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

No entendimento dos Diretores, as recomendações relevantes sobre os controles internos presentes no relatório preliminar do auditor independente que merecem destaque são:

Ponto Identificado	Recomendação:
A auditoria destacou que, embora a BM&FBOVESPA seja a controladora da BSM e detenha participação integral em seu capital social, o investimento nesta companhia vem sendo tratado pelo seu custo de aquisição.	Recomendou-se à BM&FBOVESPA que revise seus princípios de consolidação das demonstrações financeiras de forma a atender às determinações expressas na lei das sociedades por ações em relação à BSM.
A auditoria destacou que a distância entre o CPD localizado na Rua XV de Novembro, Centro, São Paulo, e a Unidade Externa de Contingência - UEC, localizada na Rua Florêncio de Abreu, Centro, São Paulo, é de aproximadamente 700 metros, contrariando boas práticas e padrões internacionais que recomendam preservar uma distância que seja suficientemente segura para garantir que o site alternativo esteja livre de ser atingido simultaneamente pelo mesmo evento que venha a causar a indisponibilidade no site principal.	Recomendou-se que seja reavaliada a localização do site alternativo com vistas a garantir uma distância mínima de segurança.
A auditoria apontou os seguintes pontos com relação ao plano de continuidade de negócios e contingência de TI: . ausência da análise de impacto de negócios (Business Impact Analysis – BIA) com o intuito de definir prioridades na recuperação aos processos de negócio no ambiente. . não publicação do novo plano de continuidade de negócios e contingência de TI. . ausência de plano de continuidade de negócios englobando, por exemplo, os sistemas RM, TEM, SGR, CTB, EB e SRE.	Recomendou-se aprimorar o plano de continuidade de negócios e de contingência de TI da BM&FBOVESPA de forma a: (i) Considerar a condução de uma análise de impacto de negócios em cenários de desastre e contingência. (ii) Incrementar paulatinamente a complexidade dos testes, de forma a testar cenários cada vez mais catastróficos e com objetivos de tempo de recuperação mais desafiadores, que exigirão uma equipe bastante integrada e com grande conhecimento dos procedimentos de recuperação a serem executados; (iii) Estabelecer um processo de gestão do plano, promovendo a constante melhoria da documentação dos procedimentos de avaliação de danos, de recuperação e de validação, administrando a atualização das informações e redistribuição de cópias do plano, bem como aprimorando o treinamento das equipes envolvidas.

10.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

- a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados**
- b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição**
- c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios**

Não aplicável.

10.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

- a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:**

Garantias recebidas em operações

As operações nos mercados da BM&FBOVESPA estão garantidas por depósitos de margem em moeda, títulos públicos e privados, cartas de fiança e ações, dentre outros. Estas garantias não aparecem no balanço patrimonial, exceto as garantias recebidas em moeda. Informações mais detalhadas encontram-se descritas no item 10.9. abaixo.

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Arrendamentos Mercantis Operacionais

Os pagamentos mínimos futuros de arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis de equipamentos de informática, no total e para cada um dos seguintes períodos, são apresentados a seguir (em milhares de Reais):

Período	2009	2008
Até um ano	2.451	13.729
Mais de um ano até cinco anos	-	5.425
Total	2.451	19.154

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não aplicável.

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não aplicável.

iv. contratos de construção não terminada

Não aplicável.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não aplicável.

vi. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor;**
- b. natureza e o propósito da operação; e**
- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Garantia das Operações

Risco de crédito – Atuação da BM&FBOVESPA como contraparte central garantidora dos mercados (Clearing)

A BM&FBOVESPA administra quatro câmaras de compensação e liquidação (*clearings*) consideradas sistemicamente importantes pelo Banco Central do Brasil: as Clearings de Derivativos, de Câmbio, de Ativos e de Ações e Renda Fixa Privada (CBLC).

As atividades desenvolvidas pelas *clearings* da BM&FBOVESPA são amparadas pela Lei 10.214, de 27 de março de 2001, que autoriza a compensação multilateral de obrigações, determina o papel de contraparte central das *clearings* sistemicamente importantes e permite a utilização das garantias prestadas por participantes inadimplentes para a liquidação de suas obrigações no âmbito das *clearings*, inclusive nos casos de insolvência civil, intervenção, falência e liquidação extrajudicial.

Por intermédio de suas *clearings*, a BM&FBOVESPA atua como contraparte central garantidora dos mercados de derivativos (futuros, termo, opções e *swaps*), de câmbio (dólar pronto), de títulos públicos federais (operações à vista e a termo, definitivas e compromissadas, bem como empréstimos de títulos), de renda variável (operações à vista, termo, opções, futuros e empréstimo de títulos) e de títulos privados (operações à vista e de empréstimo de títulos). Em outras palavras, ao exercer o papel de *clearing*, a BM&FBOVESPA torna-se responsável pela boa liquidação das operações realizadas e/ou registradas em seus sistemas, na forma dos regulamentos em vigor.

A atuação da BM&FBOVESPA como contraparte central a expõe ao risco de crédito dos participantes que utilizam seus sistemas de liquidação. Caso um participante não realize os paga-

mentos devidos ou a entrega dos ativos ou das mercadorias devidas, caberá à BM&FBOVESPA acionar seus mecanismos de garantia, de forma a assegurar a boa liquidação das operações registradas, no prazo e na forma previstos. Em caso de falha ou insuficiência dos mecanismos de garantia das *clearings*, a BM&FBOVESPA pode ter de recorrer a seu próprio patrimônio como último recurso capaz de assegurar a boa liquidação das operações.

As *clearings* da BM&FBOVESPA não apresentam exposição direta ao risco de mercado, uma vez que não possuem posições liquidamente compradas ou liquidamente vendidas nos diversos contratos e ativos negociados. No entanto, o aumento da volatilidade dos preços pode afetar a magnitude dos valores a serem liquidados pelos diversos participantes do mercado, podendo também elevar a probabilidade de inadimplência de tais participantes. Além disso, conforme já destacado, as *clearings* são responsáveis pela liquidação das operações de participante que se torne inadimplente, o que pode resultar em perdas para a BM&FBOVESPA caso os valores devidos superem o valor das garantias disponíveis. Assim, apesar da inexistência de exposição direta ao risco de mercado, este é capaz de impactar e potencializar os riscos de crédito assumidos.

Para a adequada mitigação dos riscos assumidos, cada *clearing* da BM&FBOVESPA conta com sistema de gerenciamento de risco e estrutura de salvaguardas próprias. A estrutura de salvaguardas de uma *clearing* representa o conjunto de recursos e mecanismos que podem ser por ela utilizados para a cobertura de perdas relacionadas à falha de liquidação de um ou mais participantes. Os referidos sistemas e estruturas encontram-se detalhadamente descritos nos regulamentos e nos manuais das respectivas *clearings*, tendo sido objeto de testes e de homologação pelo Banco Central do Brasil, na forma da Resolução 2.882/01 do Conselho Monetário Nacional e da Circular 3.057/01 do Banco Central do Brasil.

a. Garantias recebidas em operações

As garantias depositadas estão compostas conforme segue (em milhares de Reais):

Clearing de Derivativos	2009	2008
Títulos Públicos Federais	53.754.858	89.760.722
Cartas de Fiança	1.479.341	3.690.835
Ações	3.351.593	2.678.991
Certificados de Depósito Bancário (CDBs)	1.307.762	2.161.736
Ouro	60.865	319.831
Garantia em moeda (1)	555.106	327.644
FIC Banco BM&F	95.595	78.130
FIF BB-BM&F	-	29.049
Cédula de Produto Rural	343	829
Subtotal	60.605.463	99.047.767
Clearing de Câmbio		
Títulos Públicos Federais	3.766.090	3.550.223
Garantia em moeda (1)	-	174.060
Subtotal	3.766.090	3.724.283
Clearing de Ativos		
Títulos Públicos Federais	832.125	1.423.484
Clearing de Ações e Renda Fixa Privada– CBLC		
Títulos Públicos Federais	15.665.732	10.185.946
Ações	17.208.344	9.101.835
Títulos Internacionais (2)	1.944.896	1.219.499
Certificados de Depósito Bancário (CDBs)	997.944	467.649
Cartas de Fiança	296.442	239.625
Garantia em Moeda (1)	247.230	101.927
Ouro	2.476	25.958
FIF BB-CBLC	8.179	6.140
Outros	65.884	132.692
Subtotal	36.437.127	21.481.271
Total	101.640.805	125.676.805

(1) O saldo de Garantias em Moeda está registrado no Balanço Patrimonial da Companhia como Garantias recebidas em operações.

(2) Títulos do governo norte-americano e alemão, bem como ADRs (*American Depositary Receipt*).

b. Outras informações – Fundo de liquidação de operações (Clearing de Derivativos)

É formado por recursos aportados pelos membros de compensação, com a finalidade exclusiva de garantir as operações, podendo ser constituído por cartas de fiança bancária, títulos públicos e privados, dinheiro, ouro e outros ativos, a critério da BM&FBOVESPA. As garantias representadas por títulos e demais ativos dependem de aprovação prévia da BM&FBOVESPA.

A responsabilidade de cada membro de compensação é solidária e limitada, individualmente. O Fundo de Liquidação de Operações apresenta a posição a seguir (em milhares de Reais):

Composição	2009	2008
Títulos Públicos Federais	314.304	324.979
Cartas de Fiança	33.000	30.000
Certificados de Depósito Bancário (CDBs)	20.200	18.560
Ações	6.634	7.763
Ouro	2.925	1.928
Garantias em moeda (1)	1.050	4.005
FIF BB-BM&F	-	1
Valores depositados	<u>378.113</u>	<u>387.236</u>
Valores que garantem a participação do membro de compensação / negociador	<u>(319.500)</u>	<u>(333.500)</u>
Garantias excedentes	<u><u>58.613</u></u>	<u><u>53.736</u></u>

(1) O saldo de Garantias em Moeda está registrado no Balanço Patrimonial da Companhia como Garantias recebidas em operações.

c. *Fundo de desempenho operacional (Clearing de Derivativos)*

É formado por recursos aportados por detentores de direito de liquidação na *Clearing* de Derivativos (membros de compensação) e detentores de direito de negociação, com a finalidade exclusiva de garantir as operações, podendo ser constituído por cartas de fiança bancária, títulos públicos e privados, dinheiro, ouro e outros ativos, a critério da BM&FBOVESPA. As garantias representadas por títulos e demais ativos dependem de aprovação prévia da BM&FBOVESPA.

O Fundo de Desempenho Operacional apresenta a posição a seguir (em milhares de Reais):

Composição	2009	2008
Títulos Públicos Federais	859.804	863.451
Cartas de Fiança	156.200	160.730
Certificados de Depósito Bancário (CDBs)	81.310	98.683
Ações	20.098	17.647
FIC Banco BM&F	1.781	4.177
Ouro	582	-
Garantias em moeda (1)	<u>6.351</u>	<u>1.220</u>
Valores depositados	<u>1.126.126</u>	<u>1.145.908</u>
Valores que garantem a participação do membro de compensação / negociador	<u>(1.009.500)</u>	<u>(1.026.700)</u>
Garantias excedentes	<u><u>116.626</u></u>	<u><u>119.208</u></u>

(1) O saldo de Garantias em Moeda está registrado no Balanço Patrimonial da Companhia como Garantias recebidas em operações.

d. *Fundo de participação (Clearing de Câmbio)*

Formados por depósitos, em ativos e moedas, para habilitação dos participantes da *Clearing* de Câmbio, tem a finalidade de garantir o cumprimento das obrigações por estes assumidas.

O Fundo de Participação apresenta a posição a seguir (em milhares de Reais):

Composição	2009	2008
Títulos Públicos Federais	154.056	140.584

e. *Fundo garantidor da roda de dólar pronto (Clearing de Câmbio)*

Em 31 de dezembro de 2008 era formado por depósitos, em ativos e moedas, pelos participantes da *Clearing* de Câmbio e por recursos da BM&FBOVESPA para cobrir o risco de variação de preço existente entre o momento da realização do negócio na Roda de Dólar Pronto e sua aceitação pelos bancos para os quais a operação era especificada. O fundo foi encerrado no terceiro trimestre de 2009 em decorrência do fim do pregão da roda de dólar pronto.

O Fundo Garantidor da Roda de Dólar Pronto apresentava a seguinte posição em 31 de dezembro de 2008 (em milhares de Reais):

Composição	2008
Títulos Públicos Federais	13.812
Carta de Fiança	240
Garantias em moeda (1)	480
Aplicação da BM&FBOVESPA	15.000
Valores depositados	<u>29.532</u>

(1) O saldo de Garantias em Moeda está registrado no Balanço Patrimonial da Companhia como Garantias recebidas em operações.

f. *Fundo de Liquidação da Clearing de Ações e Renda Fixa Privada (CBLC)*

É formado por recursos aportados pelos agentes de compensação da CBLC, com a finalidade exclusiva de cobrir perdas decorrentes da eventual inadimplência de participantes.

O Fundo de Liquidação apresenta a posição a seguir (em milhares de Reais):

Composição	2009	2008
Títulos Públicos Federais	322.261	190.629
Aplicações da BM&FBOVESPA em fundos de investimento exclusivos, títulos públicos federais e operações compromissadas	-	159.580
Garantias em moeda (1)	7	-
Valores depositados	<u>322.268</u>	<u>350.209</u>

(1) O saldo de Garantias em Moeda está registrado no Balanço Patrimonial da Companhia como Garantias recebidas em operações.

10.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os projetos em andamento são principalmente relacionados à atualização tecnológica dos sistemas atuais, permitindo o aumento de capacidade, diminuição de latência, redução de custos de operações e ampliação da capacidade de distribuição. Em 2009, o montante desses investimentos foi da ordem de R\$80.925 mil.

A BM&FBOVESPA divulgou, por meio de fato relevante, no dia 11 de fevereiro de 2010, que assinou com o CME Group, Protocolo de Intenções para firmar um acordo de parceria estratégica preferencial global que contempla, entre outros assuntos, (i) investimentos e acordos comerciais em bolsas internacionais, em bases iguais e compartilhadas; (ii) o desenvolvimento, em conjunto com o CME, de uma nova Plataforma Eletrônica de Negociação de derivativos, ações (*equities*), renda fixa e quaisquer outros ativos negociados em bolsa e balcão; (iii) elevar sua participação societária para 5%, equivalente (em 11/02/2010) a aproximadamente US\$ 1 bilhão.

Para a completa implementação de todas as etapas da nova plataforma mencionada acima, incluindo-se a aquisição de toda a tecnologia e propriedade intelectual a ela inerente, a BM&FBOVESPA estima realizar investimentos da ordem de US\$ 175 milhões ao longo de 10 anos, com valor presente de US\$ 100 milhões.

O investimento que a BM&FBOVESPA realizará para elevação da sua participação societária para 5% será de aproximadamente US\$ 620 milhões e deverá ser aprovada por Assembleia de Acionistas.

A aprovação dos termos finais e a efetivação da parceria estratégica dependem, dentre outras condições, de deliberação do Conselho de Administração da BM&FBOVESPA.

Para 2010, estima-se investimentos de R\$302.100 mil, sendo que:

- ✓ R\$276.900 mil serão alocados em tecnologia e *post-trading*, sendo alocados na expansão da capacidade de negócios (R\$47.000 mil); o desenvolvimento, em conjunto com o CME, de uma nova Plataforma Eletrônica de Negociação Multimercado (R\$46.000 mil),

na reestruturação de Centros de Processamento de Dados - CPDs (principal e de contingência) (R\$55.000 mil), no aperfeiçoamento dos sistemas de TI (R\$45.000 mil) e nos demais projetos, tais como a integração das *clearings*, o novo SINACOR, segurança da informação, etc. (R\$84.000 mil); e

- ✓ R\$25.200 mil serão alocados no fortalecimento institucional, com a criação da área Pesquisa e Projetos de Negócios, o fortalecimento da área de Sustentabilidade e aprimoramentos dos Controles Internos e Gestão de Projetos.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

As fontes de financiamento dos investimentos da Companhia provém principalmente de sua geração de caixa operacional. A Companhia ainda podera avaliar alternativas complementares de fontes de financiamento através da contratação de empréstimos bancários, financiamentos junto a agências de fomento e do acesso aos mercados de capitais local e no exterior.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável.

a. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável.

b. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Segmento BM&F:

- ✓ Contratação do desenvolvimento das soluções de *Back e Middle Office* utilizadas pelos Futures Commission Merchant (FCM); e
- ✓ Contrato de Etanol com Liquidação Financeira.

Segmento Bovespa:

- ✓ Desenvolvimento do DMA: disponibilização do DMA Modelo 2 (Provedor de DMA), Modelo 3 (Conexão Direta patrocinada) e Modelo 4 (*Co-location*). Vale ressaltar que ainda se faz necessária a aprovação da CVM (Comissão de Valores Mobiliários);
- ✓ MegaLine: ferramenta de gerenciamento de risco pré-negociação;
- ✓ Formador de Mercado para opções sobre ações;
- ✓ ETFs estrangeiros: Listagem de índices estrangeiros em nosso mercado;

- ✓ Integração das *Clearings*: A integração permitirá o cruzamento de margens e melhoria na gestão de risco e caixa; e
- ✓ Renda fixa: agronegócio e imobiliário.

Ambos os segmentos:

- ✓ iMercado: Eletronificação e padronização do fluxo de informações entre os participantes do mercado.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

10.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Segmento Bovespa:

- ✓ Aumento de capacidade da *clearing* de ações: em novembro de 2009 a capacidade de processamento de negócios da *clearing* de ações foi ampliada de 770 mil para 1,5 milhão de negócios/dia;
- ✓ MegaDirect: foi disponibilizado em 20 de outubro de 2009 o software de comunicação externa utilizado pelas conexões automatizadas estabelecidas pelas corretoras que substituiu o Multigateway. Essa nova ferramenta possibilita a redução da latência dentro dos sistemas da Bolsa de 153 milissegundos para estimados 10 milissegundos. Além disso, permite que os participantes do mercado possam utilizar diferentes soluções de tela de negociação (*Independent Software Vendor – ISV*); e
- ✓ Rede de Comunicação BM&FBOVESPA: Atendendo às demandas associadas ao crescimento e ao aumento do grau de sofisticação da negociação eletrônica, está em funcionamento, desde 13/07/2009, a Rede de Comunicação BM&FBOVESPA (RCB), que complementa os serviços oferecidos pela Rede de Comunicação da Comunidade Financeira (RCCF). Trata-se de uma rede aberta para conexão dos participantes do mercado aos sistemas de negociação da Bolsa e que propicia alta velocidade e grande capacidade de transmissão de dados. Também oferece mais flexibilidade aos participantes, uma vez que estes podem escolher a prestadora do serviço de telecomunicação, a tecnologia de transmissão de dados, a capacidade/velocidade da rede e os recursos de contingências.

ANEXO II

INFORMAÇÕES DA PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DE RESULTADOS EXIGIDAS PELA ICVM 481/09

Informações relativas à proposta de destinação dos resultados requeridas no Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009

1. Informar o lucro líquido do exercício.

O lucro líquido do exercício social de 2009 foi de R\$881.050.370,16.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.

O montante global a ser distribuído à conta de dividendos é de R\$705.000.000,00.

Uma vez aprovada a proposta de distribuição de dividendos submetida à Assembleia Geral Ordinária, o valor global de dividendos e de juros sobre capital próprio por ação será de R\$0,351777, incluindo dividendos antecipados e juros sobre o capital próprio já declarados, conforme indicado na tabela abaixo. O valor informado é estimado, uma vez que a proposta de distribuição aos acionistas do saldo líquido remanescente a título de dividendos, no valor de R\$0,12360196 por ação, pode ser modificado em razão da alienação de ações em tesouraria para atender ao exercício de opções de compra de ações outorgadas com base no Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia.

Descrição	Por ação Bruto (R\$)	Valor Total Bruto
Juros sobre o capital próprio	0,055931	112.000.000,00
Juros sobre o capital próprio	0,070653	141.500.000,00
Dividendos	0,016727	33.500.000,00
Dividendos	0,074888	150.000.000,00
Juros sobre o capital próprio	0,009976	20.000.000,00
Subtotal	0,228175	457.000.000,00
Dividendos propostos	0,123602	248.000.000,00
Total a ser distribuído no exercício de 2009	0,351777	705.000.000,00

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído.

O percentual do lucro líquido a ser distribuído, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, é de 80%.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.

Não foi proposta a distribuição de dividendos com base em lucro de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe;

O valor bruto a ser distribuído, a título de dividendos, é de R\$0,12360196 por ação ordinária, única classe existente (valor estimado, que pode ser modificado em razão da alienação de ações em tesouraria para atender ao exercício de opções de compra de ações outorgadas com base no Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia).

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio;

Desde que aprovado pela Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 20 de abril de 2010, o pagamento dos dividendos declarados ocorrerá no dia 14 de maio de 2010.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio;

Não haverá incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento;

A data de 30/04/2010 será a considerada para a identificação dos acionistas que terão direito ao recebimento dos dividendos.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados;

Vide tabela abaixo.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos.

Descrição	Deliberação	Pagamento	Por ação Bruto (R\$)	Valor Total Bruto
Juros sobre o capital próprio	RCA BVMF-12/05/2009	29/5/2009	0,055931	112.000.000,00
Juros sobre o capital próprio	RCA BVMF- 11/08/2009	26/8/2009	0,070653	141.500.000,00
Dividendos	RCA BVMF- 11/08/2009	26/8/2009	0,016727	33.500.000,00
Dividendos	RCA BVMF- 10/11/2009	24/11/2009	0,074888	150.000.000,00
Juros sobre o capital próprio	RCA BVMF- 17/12/2009	8/1/2010	0,009976	20.000.000,00
Total distribuído no exercício de 2009				457.000.000,00

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores;

	2009 (R\$)	2008 (R\$)
Lucro líquido do exercício	881.050.370,16	645.595.591,50
Quantidade de ações em circulação - ON	2.004.766.312	2.010.990.091
Lucro por ação (R\$)	0,439478	0,321034

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores;

Descrição	Por ação Bruto (R\$)	Tipo de ação	Valor Total Bruto
Juros sobre o capital próprio	0,02032	ON	20.539.417,12
Juros sobre o capital próprio	0,072995	ON	149.203.000,00
Dividendos	0,069969	ON	143.019.000,00
Juros sobre o capital próprio	0,069307	ON	139.375.702,67
Dividendos	0,030276	ON	60.623.580,55
Total distribuído no exercício de 2008			512.760.700,34

Descrição	Por ação Bruto (R\$)	Tipo de ação	Valor Total Bruto
Juros sobre o capital próprio	0,055931	ON	112.000.000,00
Juros sobre o capital próprio	0,070653	ON	141.500.000,00
Dividendos	0,016727	ON	33.500.000,00
Dividendos	0,074888	ON	150.000.000,00
Juros sobre o capital próprio	0,009976	ON	20.000.000,00
Total distribuído no exercício de 2009			457.000.000,00

Observe-se que a Companhia emite apenas ações ordinárias. Foram apresentadas informações relativas aos dois últimos exercícios sociais uma vez que a companhia que deu origem à BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros foi constituída em 14/12/2007 e iniciou suas operações a partir de maio de 2008, em razão da integração entre a BM&F e a Bovespa.

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal:

a. Identificar o montante destinado à reserva legal;

Conforme disposto no parágrafo primeiro do artigo 193 da Lei 6.404/76, não foi proposta a constituição de reserva legal com base no resultado apurado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, uma vez que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182, excede 30% do capital social da Companhia.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal.

Não há proposta de destinação da parcela do resultado para formação de reserva legal, conforme item a. acima.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos:

- a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos;**
- b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos;**
- c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa;**
- d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais;**
- e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe**

A Companhia emite apenas ações ordinárias.

10. Em relação ao dividendo obrigatório:

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto;

Conforme artigo 54 do estatuto social da Companhia, após a constituição de reserva legal, o lucro que remanescer deverá ser ajustado pela constituição de reservas de contingências e a respectiva reversão, se for o caso. Do saldo remanescente, 25%, no mínimo, serão destinados ao pagamento do dividendo obrigatório.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente;

O dividendo obrigatório está sendo pago integralmente. Ressalte-se que o Conselho de Administração propõe a distribuição de 80% do lucro líquido referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009.

c. Informar o montante eventualmente retido.

Não há proposta de retenção de dividendos.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia:

- a. Informar o montante da retenção;**
- b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos;**

c. Justificar a retenção dos dividendos.

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências:

- a. Identificar o montante destinado à reserva;**
- b. Identificar a perda considerada provável e sua causa;**
- c. Explicar porque a perda foi considerada provável;**
- d. Justificar a constituição da reserva.**

Não há proposta de destinação do lucro líquido para constituição de reserva de contingências.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar:

- a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar;**
- b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva.**

Não há proposta de destinação do lucro líquido para constituição de reserva de lucros a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias:

- a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva;**

Conforme artigo 54 do Estatuto Social da Companhia, após a constituição da Reserva Legal, o lucro que remanescer, ajustado pela constituição de reservas de contingências e a respectiva reversão, se for o caso, deverá ser distribuído na seguinte ordem: (i) 25%, no mínimo, serão destinados para o pagamento do dividendo obrigatório devido aos acionistas (o qual poderá ser limitado ao montante do lucro líquido do exercício que tiver sido realizado, desde que a diferença seja registrada como reserva de lucros a realizar); e **(ii) a totalidade do lucro líquido remanescente será alocada para a constituição de reserva estatutária que poderá ser utilizada para investimentos e para compor fundos e mecanismos de salvaguarda necessários para o adequado desenvolvimento das atividades da Companhia e de suas controladas, assegurando a boa liquidação das operações realizadas e/ou registradas em quaisquer dos seus ambientes e sistemas de negociação, registro, compensação e liquidação e dos serviços de custódia.**

O valor total destinado à reserva estatutária não poderá ultrapassar o capital social da Companhia.

O Conselho também poderá, considerando que o montante da reserva estatutária seja suficiente para o atendimento de suas finalidades: (i) propor à assembleia geral que seja destinado à formação da aludida reserva, em determinado exercício social percentual do lucro

líquido inferior ao estabelecido pelo estatuto; (ii) deliberar conforme descrito no estatuto; e (iii) propor que parte dos valores integrantes da reserva sejam revertidos para a distribuição aos acionistas da Companhia.

b. Identificar o montante destinado à reserva;

O montante destinado à reserva é de R\$155.191.105,25.

c. Descrever como o montante foi calculado.

Vide item a. acima e tabela abaixo.

	(R\$)
Lucro líquido do exercício 2009	881.050.370,16
Absorção de prejuízo na venda de ações em tesouraria	(20.859.264,91)
Dividendos	(431.500.000,00)
Juros sobre o capital próprio	(273.500.000,00)
Reserva Estatutária	155.191.105,25

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital:

a. Identificar o montante da retenção;

b. Fornecer cópia do orçamento de capital.

Não há proposta de retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais:

a. Informar o montante destinado à reserva;

b. Explicar a natureza da destinação.

Não há proposta de destinação de lucro líquido para reserva de incentivos fiscais.

ANEXO III

REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

13.1 Descrição da política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e não Estatutária, do Conselho Fiscal, dos Comitês Estatutários e dos Comitês de Auditoria, de Risco, Financeiro e de Remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. *Objetivos da política ou prática de remuneração*

Dado que a Companhia é resultado da integração da BM&F e BOVESPA ocorrida em maio de 2008, e durante o referido exercício social ocorreram mudanças significativas da estrutura organizacional e a definição de novas políticas e práticas, optamos por prestar somente as informações relativas ao exercício de 2009, em prol do melhor entendimento das informações ora divulgadas, conforme facultado pela Instrução CVM 480, de 7 de dezembro de 2009.

Nossa política de remuneração visa a estimular o alinhamento dos objetivos da Companhia, a produtividade e a eficiência dos funcionários, bem como a manter a competitividade no mercado em que atuamos.

b. *Composição da remuneração*

(i) Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um

Conselho de Administração: No caso do Conselho de Administração, a remuneração é composta por uma remuneração fixa mensal e, para o Presidente do Conselho de Administração, há uma remuneração fixa adicional semestral, equivalente ao dobro da remuneração recebida no semestre. No caso de participação de um Diretor não estatutário, ou qualquer outro funcionário no Conselho de Administração, o profissional em questão não fará jus a nenhuma remuneração adicional, sendo certo que, de acordo com o artigo 22, §1º, do nosso Estatuto Social, nenhum conselheiro poderá ser eleito para compor a Diretoria Estatutária.

Diretoria Estatutária e Não Estatutária: Quanto à política de remuneração da Diretoria, a remuneração total é composta de:

- Salário base mensal, composto de treze remunerações mensais ao ano;
- Pacote de benefícios, que inclui assistência médica e odontológica, seguro de vida, ticket refeição, previdência privada, benefício de uso de veículo, estacionamento e uso de telefone celular;
- Remuneração variável semestral constituída e paga por meio do nosso Programa de Participação nos Lucros e Resultados (PLR), nos termos da Lei n.º 10.101, de 19 de dezembro de 2000. Nosso Programa de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) define potenciais de múltiplos de salário mensal atribuídos em função de indicadores de resultados globais da Companhia, nível de cargo e avaliação de desempenho individual; e
- Remuneração de longo prazo, concedida anualmente por meio do nosso Programa de Opções (*stock option*), atribuída em função de indicadores de resultados globais da Companhia, nível de cargo e avaliação de desempenho individual.

Comitês: Os membros dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração fazem jus a uma remuneração fixa mensal. No caso dos membros do Conselho de Administração

que participam de comitês da Companhia, tais participantes fazem jus a uma remuneração fixa mensal adicional. Nesta situação há um limite de participação em no máximo três comitês. Atualmente temos o Comitê de Auditoria, o Comitê de Governança e Indicação, o Comitê de Remuneração e o Comitê de Risco, como assessores do Conselho de Administração. No caso de Comitês de assessoramento à Diretoria, dispomos da seguinte relação: Comitê do Agronegócio, Comitê de Mercado, Comitê Técnico de Risco de Mercado, Comitê do Clube de Atletismo e Comitê de Normas. No que tange à remuneração, somente os membros do Comitê de Normas recebem uma remuneração fixa mensal. No caso de participação de um Diretor, estatutário ou não estatutário, ou qualquer outro funcionário em algum Comitê, o profissional em questão não fará jus a nenhuma remuneração adicional.

Conselho Fiscal: A Companhia não possui Conselho Fiscal instalado. A política de remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Companhia, se e quando instalado, será estabelecida em conformidade com a legislação aplicável. Na visão da Companhia, a ausência de Conselho Fiscal instalado é adequadamente suprida pela existência do Comitê de Auditoria da forma como foi concebido e cujas atribuições, elencadas no art. 47 do Estatuto Social da Companhia, se superpõem às competências do Conselho Fiscal previstas na Lei das S.A. O Comitê de Auditoria da Companhia é formado por 5 membros, todos independentes, sendo 4 membros externos e 1 Conselheiro Independente, com mandato de dois anos. Os membros do Comitê de Auditoria são indicados pelo Comitê de Governança e Indicação e eleitos pelo Conselho de Administração. Os membros externos devem possuir conhecimentos em auditoria, compliance/controles, contabilidade, tributação e afins e/ou experiência em tais atividades, e devem atender aos requisitos de independência previstos no artigo 46 do Estatuto Social da Companhia, de forma a se assegurar que exercerão suas atribuições de forma isenta, em prol dos interesses da Companhia e de seus acionistas.

(ii) Proporção de cada elemento na remuneração total

As proporções médias de cada elemento da remuneração no ano de 2009 encontram-se na tabela abaixo, considerando nossa política de remuneração em vigor.

	Salário e Pro-labore	Participação em Comitês	Benefícios	Remuneração Variável de Curto Prazo (PLR)	Remuneração Variável de Longo Prazo (Stock Option)	Total
Conselho de Administração	90,83%	9,17%	0%	0%	0%	100%
Diretoria Estatutária e Não Estatutária	28,53%	0%	4,01%	33,80%	33,66%	100%
Comitês	100%	0%	0%	0%	0%	100%

(iii) Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária é reavaliada anualmente e submetida à aprovação da assembleia geral dos acionistas da Companhia. A remuneração dos Comitês de Auditoria, Governança e Indicação, Risco e Remuneração é reavaliada anualmente e submetida à aprovação do Conselho de Administração. No caso da Diretoria Estatutária e Não Estatutária, a remuneração fixa mensal é corrigida em função de dissídio coletivo definido em Acordo Coletivo com o Sindicato e, eventualmente, pode ocorrer um aumento dentro da política salarial definida pela Companhia por mérito individual. No que tange às políticas de remuneração variável de curto prazo (PLR) e longo prazo (Programa de *Stock Option*), as regras e definições são propostas pelo Comitê de Remuneração e aprovadas pelo Conselho de Administração, no âmbito das diretrizes do Plano de Opção de Compra de Ações da BM&FBOVESPA ("Plano de Opção da Companhia"), aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 08 de maio de 2008. De maneira

geral, para garantir alinhamento com as melhores práticas de mercado, realizamos periodicamente pesquisas salariais a fim de manter nossa estratégia de remuneração alinhada e competitiva.

No que se refere aos benefícios, realizamos uma constante revisão das práticas de mercado e, eventualmente, efetuamos ajustes para alinhar a competitividade.

(iv) Razões que justificam a composição da remuneração

Nossa estratégia de remuneração visa a compor elementos de curto, médio e longo prazo que garantam alinhamento com os objetivos da Companhia, manutenção de uma remuneração competitiva frente ao mercado, atratividade para reter nossos executivos e remunerar os profissionais conforme as responsabilidades atribuídas a seus respectivos cargos. Dessa forma, nossa estratégia de remuneração visa a posicionar a remuneração fixa dos executivos da Companhia na mediana de mercado e o diferencial se dá por meio da remuneração variável de curto e longo prazo, as quais estão atreladas ao desempenho global da Companhia e ao desempenho individual.

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

No que se refere à remuneração variável de curto e longo prazo, respectivamente PLR e *stock option*, os indicadores de desempenho que são levados em consideração para determinação da remuneração são: as avaliações de desempenho individuais, as quais consideram fatores próprios de cada função (nível de cargo), e os indicadores de desempenho global da Companhia. Em 2009, tal indicador de desempenho global da Companhia foi a Margem EBITDA.

Em 2010, o indicador de meta global estabelecido pelo Conselho de Administração será o Lucro Líquido Ajustado, conforme divulgado trimestralmente. O valor total da remuneração variável de curto prazo que será paga aos administradores e funcionários da Companhia durante o exercício de 2010 será calculado com base no Lucro Líquido Ajustado da Companhia efetivamente apurado e deverá representar 3,5% deste resultado caso o mesmo se situe na faixa de 70 a 130% da meta.

Caso o Lucro Líquido Ajustado seja inferior a 70% da meta estabelecida pelo Conselho, o valor total da remuneração variável de curto prazo deverá ser reduzido para o montante correspondente a 2% do resultado de Lucro Líquido Ajustado.

Caso o Lucro Líquido Ajustado seja superior a 130% da meta estabelecida pelo Conselho, o valor total da remuneração variável de curto prazo corresponderá à soma dos seguintes valores: (i) montante correspondente à aplicação do percentual de 3,5% sobre 130% da meta, e (ii) o montante correspondente à aplicação do percentual de 2% sobre o montante do Lucro Líquido Ajustado que exceder 130% da meta. Desse valor, uma parte será destinada à Diretoria Estatutária e Não Estatutária e sua distribuição deverá seguir a regra de múltiplos salariais e diferenciação baseada na performance individual.

No que se refere à remuneração fixa e aos benefícios, não são levados em conta indicadores de desempenho para sua determinação. Tais elementos de remuneração estão atrelados ao nível de responsabilidade da função exercida, e no caso específico da remuneração fixa adicionalmente também é considerada a qualificação do profissional para o exercício da função.

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

De acordo com nossa política de remuneração variável de curto e longo prazo, os valores globais (*pool*) de PLR e *Stock Option* são afetados pelo alcance da meta global da Companhia (Margem EBITDA em 2009 e Lucro Líquido Ajustado em 2010), ou seja, o tamanho do *pool* é determinado com base no resultado final da Companhia no que se refere ao alcance da meta global estabelecida para o exercício. Adicionalmente, nossa política prevê níveis diferenciados de remuneração em função do desempenho individual frente à performance de cada um dos diretores estatutários, diretores não estatutários e funcionários, considerando os respectivos cargos, funções e responsabilidades.

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo

A Companhia visa manter sua remuneração com competitividade frente ao mercado, a fim de reter e atrair talentos que permitam atingir seus objetivos estratégicos de curto, médio e longo prazo. Dado o modelo de negócios da Companhia, cujo objetivo de fomento, desenvolvimento e expansão de mercado já atrela ciclos mais longos e sustentáveis, o desafio de retenção de profissionais é crucial e, nesse sentido, nossa estratégia de remuneração deve refletir mecanismos que estimulem a permanência dos profissionais no médio e longo prazos. De acordo com essa estratégia de remuneração, há um equilíbrio entre remuneração de curto prazo (PLR) e de médio e longo prazos (Programa de *Stock Option*). Dessa forma, o funcionário tem um incentivo para atingir e superar as metas semestrais e anuais que estão vinculadas ao Programa de PLR, assim como buscar a implementação de ações de médio e longo prazos que gerem valor agregado para a Companhia e que serão refletidas na valorização de suas ações no mercado, estando, portanto, associadas ao Programa de *Stock Option*.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

Não existem quaisquer remunerações ou benefícios vinculados à ocorrência de qualquer evento societário envolvendo a Companhia, tais como alienação do controle societário, e/ou à efetivação de parcerias estratégicas.

No caso do Programa de *Stock Option*, na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização da Companhia após a qual a Companhia não seja a sociedade remanescente ou, em sendo a sociedade remanescente, deixe de ter suas ações admitidas à negociação em bolsa de valores, as opções concedidas pela Companhia, a critério do Conselho de Administração, poderão ser transferidas para a companhia sucessora ou terão seus prazos de carência antecipados, para que possam ser exercidas pelos respectivos beneficiários por determinado prazo. Após o referido prazo, o Programa de *Stock Option* terminará e as opções não exercidas caducarão sem direito à indenização.

13.2 Remuneração reconhecida no resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 e remuneração prevista para o exercício social corrente do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal da Companhia:

As tabelas e notas abaixo apresentam a remuneração anual atribuída ao Conselho de Administração, à Diretoria Estatutária e ao Comitê de Auditoria da Companhia (i) reconhecida no resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, considerando a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, conforme indicado no quadro abaixo¹; e (ii) prevista para o exercício social corrente.

Mês	Conselho de Administração	Diretoria
Jan	11	8
Fev	11	6
Mar	11	6
Abr	10	6
Mai	11	5
Jun	11	5
Jul	11	6
Ago	11	6
Set	11	6
Out	11	6
Nov	11	6
Dez	11	6
Total	131	72
Média	10,92	6,00

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2009

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal*	Total
Número de membros	10,92	6,00	n/a	17
Remuneração fixa anual (em R\$)	3.702.348,37	4.855.869,38	n/a	8.558.217,75
Salário ou pró-labore	3.362.935,80	4.249.518,66	n/a	7.612.454,46
Benefícios diretos e indiretos	n/a	606.350,72	n/a	606.350,72
Remuneração por participação em Comitês	339.412,57	n/a	n/a	339.412,57
Outros	n/a	n/a	n/a	0
Remuneração Variável (em R\$)	n/a	5.674.487,40	n/a	5.674.487,40
Bônus	n/a	n/a	n/a	n/a
Participação nos resultados	n/a	5.674.487,40	n/a	5.674.487,40
Remuneração por participação em reuniões	n/a	n/a	n/a	0
Comissões	n/a	n/a	n/a	0
Outros	n/a	n/a	n/a	0
Benefícios pós-emprego	n/a	n/a	n/a	0
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	n/a	n/a	n/a	0
Remuneração baseada em ações	n/a	7.295.700,00	n/a	7.295.700,00
Valor da remuneração	3.702.348,37	17.826.056,78	n/a	21.528.405,15

* Conforme descrito no item 13.1 a Companhia não possui um Conselho Fiscal, mas suas responsabilidades são adequadamente supridas pela existência do Comitê de Auditoria da forma como foi concebido e cujas atribuições, elencadas no art. 47 do Estatuto Social da Companhia, se superpõem às competências do Conselho Fiscal previstas na Lei das S.A. O Comitê de Auditoria da Companhia é formado por 5 membros, todos independentes, sendo 4 membros externos e 1 Conselheiro Independente, com mandato de dois anos. Ressaltamos que a remuneração paga aos membros externos em 2009 totalizou R\$733.668,40, valor este que não está incluído na tabela acima.

¹ Somatório do número de membros de cada órgão em cada um dos meses do ano de 2009, dividido por 12 (meses). Esse cálculo é feito por órgão da administração da Companhia, conforme Ofício-Circular CVM/SEP/N.º 03/2010

A tabela e nota abaixo apresentam informações sobre a remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Comitê de Auditoria da Companhia prevista para o exercício social de 2010. Tendo em vista que a remuneração variável de curto prazo da Diretoria Estatutária (PLR) está vinculada ao alcance da meta global da Companhia estabelecida para o ano, as previsões constantes da tabela abaixo assumem um cenário de resultado provável e podem mudar em função da variação do Lucro Líquido Ajustado da Companhia (base de determinação do *pool* do PLR). A título de exemplo, conforme regra descrita no item 13.1 "c", caso o resultado ao final do exercício atinja um patamar de 10% acima do Lucro Líquido Ajustado esperado, o valor de remuneração variável de curto prazo (PLR) será acrescido de R\$923.115,12, que é equivalente a um acréscimo de 10% no valor total estimado.

Ainda com relação à remuneração de Longo Prazo (Programa de Stock Option), esclarecemos que, conforme deliberação do Conselho de Administração, não haverá concessão de opções durante o exercício social de 2010. Tais concessões somente ocorrerão em janeiro de 2011. A estimativa de outorgas de opções para os Diretores Estatutários, conforme aprovado pelo Conselho de Administração, abrangerá no máximo 3.685.000 ações, que representam 0,18% do total de ações emitidas pela Companhia devendo o preço de exercício ser definido com base na cotação da ação dos 20 últimos pregões de 2010, em conformidade com o Plano de Opção da Companhia.

Exercício Social Corrente "Previsto para 2010"

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal*	Total
Número de membros	11	6	n/a	17
Remuneração fixa anual (em R\$)	4.074.538,92	5.153.540,91	n/a	9.228.079,83
Salário ou pró-labore	3.324.125,28	4.419.457,00	n/a	7.743.582,28
Benefícios diretos e indiretos	n/a	734.083,91	n/a	734.083,91
Remuneração por participação em Comitês	750.413,64	n/a	n/a	750.413,64
Outros	n/a	n/a	n/a	0
Remuneração Variável (em R\$)	n/a	9.231.151,23	n/a	9.231.151,23
Bônus	n/a	n/a	n/a	0
Participação nos resultados	n/a	9.231.151,23	n/a	9.231.151,23
Remuneração por participação em reuniões	n/a	n/a		0
Comissões	n/a	n/a	n/a	0
Outros	n/a	n/a	n/a	0
Benefícios pós-emprego	n/a	n/a	n/a	0
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	n/a	n/a	n/a	0
Remuneração baseada em ações ¹	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor da remuneração	4.074.538,92	14.384.692,14	n/a	18.459.231,06

* Conforme descrito no item 13.1 a Companhia não possui um Conselho Fiscal, mas suas responsabilidades são adequadamente supridas pela existência do Comitê de Auditoria da forma como foi concebido e cujas atribuições, elencadas no art. 47 do Estatuto Social da Companhia, se superpõem às competências do Conselho Fiscal previstas na Lei das S.A. O Comitê de Auditoria da Companhia é formado por 5 membros, todos independentes, sendo 4 membros externos e 1 Conselheiro Independente, com mandato de dois anos. Ressaltamos que a remuneração estimada para o exercício de 2010, referente aos membros externos, totaliza R\$816.565,59.

13.3 Remuneração variável referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 e remuneração variável prevista para o exercício social corrente:

Nossa política de remuneração variável para os membros da Diretoria baseia-se no conceito de múltiplos salariais, que variam de acordo com o nível de senioridade de cada cargo. Dentro de cada nível de cargos ocorre, ainda, uma diferenciação baseada em performance individual.

As tabelas abaixo apresentam informações sobre a remuneração variável da Diretoria Estatutária da Companhia (i) reconhecida no resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, considerando o número de membros de cada órgão aos quais foi efetivamente atribuída remuneração variável; e (ii) prevista para o exercício social corrente.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2009

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	n/a	6	n/a	6
Bônus (em R\$)			n/a	
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor efetivamente reconhecido no resultado	n/a	n/a	n/a	n/a
Participação no resultado (em R\$)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	4.353.266,96	n/a	4.353.266,96
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	6.097.751,36	n/a	6.097.751,36
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	n/a	5.890.667,01	n/a	5.890.667,01
Valor efetivamente reconhecido no resultado		5.674.487,40		5.674.487,40

A tabela abaixo apresenta informações sobre a remuneração variável prevista para o exercício social de 2010. Tendo em vista que a remuneração variável de curto prazo da Diretoria (PLR) está vinculada ao alcance da meta global da Companhia estabelecida para o ano, as previsões constantes da tabela abaixo assumem um cenário de resultado provável e podem mudar em função da variação do Lucro Líquido Ajustado da Companhia (base de determinação do *pool* do PLR). Conforme regra descrita no item 13.1 "c", o valor total da remuneração variável de curto prazo que será paga aos administradores e funcionários da Companhia durante o exercício de 2010 será calculado com base no Lucro Líquido Ajustado da Companhia efetivamente apurado e deverá representar 3,5% deste resultado caso o mesmo se situe na faixa de 70 a 130% da meta.

Caso o Lucro Líquido Ajustado seja inferior a 70% da meta estabelecida pelo Conselho, o valor total da remuneração variável de curto prazo deverá ser reduzido para o montante correspondente a 2% do resultado de Lucro Líquido Ajustado.

Caso o Lucro Líquido Ajustado seja superior a 130% da meta estabelecida pelo Conselho, o valor total da remuneração variável de curto prazo corresponderá à soma dos seguintes valores: (i) montante correspondente à aplicação do percentual de 3,5% sobre 130% da meta, e (ii) o montante correspondente à aplicação do percentual de 2% sobre o montante do Lucro Líquido Ajustado que exceder 130% da meta. Desse valor, uma parte será destinada à Diretoria Estatutária e sua distribuição deverá seguir a regra de múltiplos salariais e diferenciação baseada na performance individual.

Para efeito da previsão de mínimo e máximo consideramos um percentual de 10% acima e abaixo do resultado de Lucro Líquido ajustado esperado.

Ainda com relação à remuneração de Longo Prazo (Programa de Stock Option), esclarecemos que, conforme deliberação do Conselho de Administração, não haverá concessão de opções durante o exercício social de 2010. Tais concessões somente ocorrerão em janeiro de 2011. A estimativa de outorgas de opções para os Diretores Estatutários, conforme aprovado pelo Conselho de Administração, abrangerá no máximo 3.685.000 ações, que representam 0,18% do total de ações emitidas pela Companhia devendo o preço de exercício ser definido com base na cotação da ação dos 20 últimos pregões de 2010, em conformidade com o Plano de Opção da Companhia.

Exercício Social Corrente – “Previsto para 2010”

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	n/a	6	n/a	6
Bônus (em R\$)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor efetivamente reconhecido no resultado	n/a	n/a	n/a	n/a
Participação no resultado (em R\$)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	8.308.036,10	n/a	8.308.036,10
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	10.154.266,35	n/a	10.154.266,35
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	n/a	9.231.151,23	n/a	9.231.151,23
Valor efetivamente reconhecido no resultado	n/a	n/a	n/a	n/a

13.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

a. Termos e condições gerais

O Conselho de Administração a partir de proposta elaborada pelo Comitê de Remuneração aprovou Programas de Opção de Compra de Ações (“Programas de *Stock Option*”) os quais definiram: (i) os respectivos beneficiários; (ii) o número total de ações da Companhia objeto de outorga; (iii) a divisão da outorga em lotes, se for o caso; (iv) o preço de exercício; (v) o prazo de carência e o prazo para o exercício da opção; (vi) eventuais restrições à transferência das ações recebidas pelo exercício da opção; e (vii) eventuais disposições sobre penalidades.

Cada Programa de *Stock Option* estabeleceu, ainda que, a critério do Conselho de Administração a partir de proposta do Comitê de Remuneração, ouvido o Diretor Presidente, poderá ser aplicado um percentual de acréscimo do número base de opções outorgadas a cada beneficiário, com base no alcance de metas globais e/ou individuais de desempenho, respeitado o total de opções destinadas à outorga no respectivo Programa de *Stock Option*.

Quando do lançamento de cada Programa de *Stock Option*, o Conselho de Administração por proposta do Comitê de Remuneração, fixaram os termos e as condições de cada opção em Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações (“Contrato de *Stock Option*”) a ser celebrado entre a Companhia e cada beneficiário. O Contrato de *Stock Option* define, pelo menos, as seguintes condições:

- a) o número de ações que o beneficiário terá direito de adquirir ou subscrever com o exercício da opção e o preço por ação, de acordo com o Programa de *Stock Option*;

- b) o percentual de acréscimo do número base de opções outorgadas ao beneficiário e os critérios para sua determinação, bem como o período de avaliação gerencial para determinação do mesmo;
- c) o prazo inicial de carência durante o qual a opção não poderá ser exercida e as datas limite para o exercício total ou parcial da opção e em que os direitos decorrentes da opção expirarão;
- d) eventuais normas sobre quaisquer restrições à transferência das ações recebidas pelo exercício da opção e disposições sobre penalidades para o descumprimento destas restrições; e
- e) quaisquer outros termos e condições que não estejam em desacordo com o Plano de Opção da Companhia (conforme definido abaixo) ou o respectivo Programa de *Stock Option*.

As ações decorrentes do exercício da opção terão os direitos estabelecidos no Plano de Opção da Companhia, nos respectivos Programas de *Stock Option* e no Contrato de *Stock Option*, sendo certo que lhes será sempre assegurado o direito de perceber os dividendos que vierem a ser distribuídos a partir da subscrição ou aquisição, conforme o caso.

Os Programas e os Contratos de *Stock Option* da Companhia estão sujeitos, ainda, às seguintes condições gerais:

- a) nenhuma ação será entregue ao beneficiário em decorrência do exercício da opção a não ser que todas as exigências legais e regulamentares tenham sido integralmente cumpridas;
- b) nenhuma disposição do Plano de Opção da Companhia, de qualquer Programa de *Stock Option* ou do Contrato de *Stock Option* conferirá a qualquer beneficiário direitos com respeito à permanência como administrador ou empregado da Companhia e não interferirá, de qualquer modo, com os direitos da Companhia de interromper, a qualquer tempo, o mandato do administrador ou o contrato de trabalho do empregado;
- c) as opções de compra de ações outorgadas nos termos do Plano de Opção da Companhia, bem como o seu exercício pelos beneficiários, não têm qualquer relação nem estão vinculados à sua remuneração fixa ou eventual participação nos lucros;
- d) o beneficiário não terá nenhum dos direitos e privilégios de acionista da Companhia, exceto aqueles a que se refere ao Plano de Opção da Companhia, com respeito às opções objeto do Contrato de *Stock Option*; e
- e) o beneficiário somente terá os direitos e privilégios inerentes à condição de acionista a partir do momento da subscrição ou aquisição efetiva das ações decorrentes do exercício das opções.

b. Principais objetivos do plano

O objetivo do Plano de Opção da Companhia, instituído nos termos do artigo 168, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76), é conceder aos administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia e de suas sociedades controladas diretas ou indiretas, a oportunidade de se tornarem acionistas da Companhia. Dessa forma, pretende-se obter um maior alinhamento dos interesses de tais administradores, empregados e prestadores de serviços com os interesses dos acionistas da Companhia, bem como compartilhar os riscos do mercado de capitais e possibilitar à Companhia e às suas controladas atrair e manter vinculados a elas administradores, empregados e prestadores de serviços.

c. Forma como o plano contribui para esses objetivos; e d. Como o plano se insere na política de remuneração da Companhia

O Plano de Opção da Companhia contribui de forma considerável na composição do total da remuneração dos administradores da Companhia e, nesse sentido, atrela fortemente o desempenho individual com os objetivos da Companhia, uma vez que os administradores têm um incentivo adicional para implementar ações de médio e longo prazo que gerem valor agregado para a Companhia e que serão refletidas na valorização de suas ações no mercado, além de ser um instrumento de forte poder de atração e retenção dos talentos da Companhia.

e. *Como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo*

O Plano de Opção da Companhia atrela níveis distintos de ganho em função de performance, o que constitui instrumento incentivador para o cumprimento das metas globais da Companhia e para a busca de ações de médio e longo prazo que gerem valor agregado para a Companhia e refletem na valorização de suas ações no mercado. Nesse sentido, os administradores são fortemente estimulados a buscar resultados sustentáveis que gerem valor para a Companhia ao longo do tempo. O Plano de Opção da Companhia alinha os interesses dos administradores com os interesses dos acionista da Companhia, na medida em que possibilita que os administradores tornem-se acionistas da Companhia, estimulando uma gestão eficiente, atraindo e retendo os profissionais altamente qualificados e gerando crescimento e valor para a Companhia.

f. *Número máximo de ações abrangidas; e g. Número máximo de opções a serem outorgadas*

Conforme o Plano de Opção da Companhia aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da BM&FBOVESPA, realizada em 8 de maio de 2008, os Programas de Stock Option da Companhia poderão abranger, no máximo, 51.000.000 de ações da Companhia, representativas de até 2,5% do capital social da Companhia na respectiva data de concessão. Tomando como base a quantidade de ações emitidas pela Companhia em 31 de dezembro de 2009, o total de opções abrangidas pelo Plano de Opção da Companhia atingiu 51.100.357.

Considerando o volume de opções outorgadas até 31 de dezembro de 2009, ainda restam 36.521.307 opções a serem outorgadas pela Companhia, o correspondente a 1,79% do total aprovado no Plano de Opção da Companhia. Não há previsão expressa quanto ao número máximo de opções destinadas exclusivamente aos administradores da Companhia, desde que observado o limite total do Plano de Opção da Companhia.

Adicionalmente ao Plano de Opção da Companhia, em caráter sucessório dada a incorporação da BM&F S.A., a Companhia incorporou o Plano de Opção de Compra de Ações de emissão da BM&F S.A. ("Plano de Opção da BM&F"), aprovado na Assembleia Geral de Acionistas da BM&F S.A. realizada em 20 de setembro de 2007, cujo propósito foi conferir direitos de aquisição sobre um número de ações, a título de reconhecimento e retenção dos funcionários da então BM&F S.A. e, posteriormente, da BM&FBOVESPA, após 8 de maio de 2008, até o limite de 3% (três por cento) das ações do capital da BM&F S.A. Este limite é específico do Plano de Opção da BM&F incorporado e também não contempla previsão expressa quanto ao número máximo de opções destinadas exclusivamente aos administradores da Companhia. Cabe ressaltar que, em 18 de dezembro de 2007, foram outorgadas 27.056.316 opções no âmbito desse plano, sendo que, após essa data, não ocorreram e não ocorrerão novas outorgas ou quaisquer alterações nas condições de *vesting* no âmbito do referido plano.

Ainda com relação à remuneração de longo prazo (Programa de *Stock Option*), esclarecemos que, conforme deliberação do Conselho de Administração, não haverá concessão de opções durante o exercício social de 2010, cujas outorgas somente ocorrerão em 1º de janeiro de 2011.

h. Condições de aquisição de ações

Para descrição das condições para aquisição de ações no âmbito do Plano de Opção da Companhia e respectivos Programas de *Stock Option*, vide itens (a), (j) e (l) deste item 13.4.

i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Conforme fixado no Plano de Opção da Companhia, o preço de exercício corresponde à média do preço de fechamento dos últimos vinte pregões anteriores à data de concessão da opção, conforme estabelecida no respectivo Programa de *Stock Option*. O Conselho de Administração poderá determinar, quando do lançamento de cada Programa de *Stock Option*, que seja concedido aos beneficiários um desconto de até 20% na fixação do preço de exercício da opção, incidente sobre o valor básico determinado na forma acima descrita. A concessão de desconto em determinado Programa de *Stock Option* não obrigará a concessão de desconto, ou do mesmo percentual de desconto, nos Programas de *Stock Option* posteriores.

No caso do Programa de *Stock Option* de 2009, o período considerado foi de 29 de janeiro a 27 de fevereiro de 2009 e a data de concessão da opção foi 1º de março de 2009. No Programa de *Stock Option* de 2010, o preço será fixado tomando por base a média dos vinte últimos pregões do ano de 2010, devendo a concessão ocorrer em janeiro de 2011. Não houve aplicação de desconto em nenhum Programa.

j. Critérios para fixação do prazo de exercício

Os beneficiários dos Programas de *Stock Option* da Companhia poderão exercer as opções efetivamente outorgadas à razão de $\frac{1}{4}$ ao ano. No caso do Programa de *Stock Option* de 2009, os prazos de exercício foram os seguintes: (i) $\frac{1}{4}$ a partir de 31 de dezembro de 2009; (ii) $\frac{1}{4}$ a partir de 31 de dezembro de 2010; (iii) $\frac{1}{4}$ a partir de 31 de dezembro de 2011; e (iv) $\frac{1}{4}$ a partir de 31 de dezembro de 2012.

A opção poderá ser exercida após o vencimento de cada período de carência, limitado ao prazo máximo de sete anos a partir do primeiro período de carência. Cumprido o prazo de carência, a opção poderá ser exercida total ou parcialmente. Se a opção for exercida parcialmente, o titular poderá exercer o remanescente dentro dos prazos já estipulados. A opção não exercida nos prazos e condições estipulados nos respectivos Programas de *Stock Option* será considerada automaticamente extinta, sem direito à indenização.

k. Forma de liquidação

Os beneficiário dos Programas de *Stock Option* da Companhia que desejarem exercer as opções efetivamente outorgadas deverão comunicar à Companhia, por escrito, mediante envio de "Notificação de Exercício". Referida notificação deverá indicar a quantidade de ações que o beneficiário pretende comprar. A Notificação de Exercício somente será considerada válida e eficaz se entregue nos prazos fixados pela Companhia, tendo em vista a necessidade de programação para tornar disponíveis as ações para aquisição nos termos dos Programas de *Stock Option*.

Exercida a opção, a Companhia, o beneficiário e eventuais outras partes envolvidas deverão firmar os documentos necessários para tornar efetiva a aquisição das ações, observadas as formalidades previstas em lei e no Estatuto Social da Companhia, bem como as restrições de negociação de ações previstas na lei e na regulamentação em vigor. As ações gozarão dos mesmos direitos conferidos às demais ações de igual espécie emitidas pela Companhia.

O beneficiário e/ou a Companhia, conforme o caso, deverão cumprir com as exigências legais e regulamentares aplicáveis, no Brasil e no exterior, relativas à divulgação de informações sobre a titularidade e a negociação das ações ou da opção.

A Companhia poderá determinar a suspensão temporária do direito ao exercício da opção sempre que se verificarem situações que, nos termos da lei ou regulamentação em vigor, restrinjam ou impeçam a negociação de ações por parte do beneficiário. O preço de exercício da opção será pago à vista pelo beneficiário. Nenhuma ação será entregue ao beneficiário em decorrência do exercício da opção a não ser que todas as exigências legais e regulamentares tenham sido integralmente cumpridas.

I. Restrições à transferência das ações

Salvo decisão específica em contrário do Conselho de Administração ou por proposta do Comitê de Remuneração, conforme o caso, o beneficiário somente poderá vender, transferir ou, de qualquer forma, alienar as ações da Companhia adquiridas no âmbito do Plano de Opção da Companhia, bem como aquelas que venham a ser por ele adquiridas em virtude de bonificações, desdobramentos, subscrições ou qualquer outra forma de aquisição que não envolva o desembolso de recursos próprios adicionais do beneficiário, ou valores mobiliários que dêem direito à subscrição ou aquisição de ações, caso tais ações ou valores mobiliários sejam resultantes da propriedade de ações objeto do Plano de Opção da Companhia ("Ações") e observado o período mínimo de indisponibilidade eventualmente estabelecido em cada Programa de *Stock Option* para cada lote de Ações, a critério do Conselho de Administração ou por proposta do Comitê de Remuneração, o qual nunca será superior a dois anos contados da data da outorga da opção.

Não obstante o disposto no parágrafo acima, o beneficiário poderá alienar, a qualquer tempo, o número de Ações necessário para realizar o pagamento da totalidade ou da parcela mínima de realização (se admitida essa forma de integralização a prazo), do preço de exercício de opções exercidas.

Caso venha a ser admitida a integralização a prazo do preço de exercício, enquanto o referido preço de exercício não for pago integralmente, as ações adquiridas mediante o exercício da opção nos termos do Plano de Opção da Companhia não poderão ser alienadas a terceiros, salvo mediante prévia autorização do Conselho de Administração ou por proposta do Comitê de Remuneração, hipótese em que o produto da venda será destinado prioritariamente para quitação do débito do beneficiário para com a Companhia.

O beneficiário se obriga, ainda, a não onerar as Ações que não estejam totalmente integralizadas ou sujeitas a período de indisponibilidade, bem como a não instituir sobre elas qualquer gravame que possa impedir a execução do disposto no Plano de Opção da Companhia.

A Companhia registrará transferência de Ações vinculadas ao Plano de Opção da Companhia no momento de sua ocorrência, ficando tais Ações indisponíveis pelo período estabelecido no respectivo Programa de *Stock Option*.

m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Os critérios e eventos que poderiam ocasionar a suspensão ou extinção do Plano de Opção da Companhia com relação a um determinado beneficiário são: a) destituição do mandato por violação dos deveres e atribuições de administrador ou demissão por justa causa; b) rescisão do contrato de prestação de serviços por justa causa; c) destituição ou renúncia ao mandato por demissão ou rescisão do contrato de prestação de serviços sem justa causa; d) destituição ou renúncia ao mandato por iniciativa voluntária; e) aposentadoria, falecimento e invalidez permanente.

Adicionalmente, na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização da Companhia após a qual a Companhia não seja a sociedade remanescente ou, em sendo a sociedade remanescente, deixe de ter suas ações admitidas à negociação em bolsa de valores, as opções concedidas pela Companhia, a critério do Conselho de Administração ou por proposta do Comitê de Remuneração, conforme o caso, poderão ser transferidas para a companhia sucessora ou terão seus prazos de carência antecipados, por determinado prazo, para que possam ser exercidas pelos respectivos beneficiários. Após o referido prazo, o Plano de Opção da Companhia terminará e as opções não exercidas caducarão sem direito à indenização.

Os beneficiários serão comunicados com razoável antecedência sobre a ocorrência de qualquer dos eventos referidos acima, para que possam, a seu exclusivo critério e conforme prazo determinado pelo Conselho de Administração ou por proposta do Comitê de Remuneração, conforme o caso, exercer suas opções.

n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

No caso de destituição do mandato por violação dos deveres e atribuições de administrador ou demissão por justa causa, ou ainda rescisão do contrato de prestação de serviços por justa causa, conforme a legislação civil ou trabalhista, caducarão sem indenização todas as opções não exercidas, tendo ou não decorrido o prazo de carência.

Na hipótese de término da relação do beneficiário com a Companhia em razão de destituição ou renúncia ao mandato de administrador, por demissão ou rescisão do contrato de prestação de serviços sem justa causa ou por desligamento voluntário: (i) as opções já liberadas do prazo de carência poderão ser exercidas no prazo máximo de noventa dias contados do evento que originou o término da relação com a Companhia, respeitado o prazo máximo de exercício do respectivo Programa de Stock Option; e (ii) as opções que estiverem no prazo de carência caducarão.

Caso o beneficiário venha a falecer ou tornar-se permanentemente inválido para o exercício de sua função na Companhia enquanto administrador ou empregado, os direitos decorrentes das opções poderão ser exercidos, conforme o caso, pelo próprio beneficiário ou por seus herdeiros e sucessores, que poderão exercer tais direitos, tendo ou não decorrido os prazos iniciais de carência, por um período de um ano a contar da data do óbito ou invalidez permanente, após o qual estarão extintos, sem direito a indenização. Nessas hipóteses, a opção poderá ser exercida no todo ou em parte, com pagamento à vista, partilhando-se entre os herdeiros ou sucessores o direito às ações, na forma de disposição testamentária ou conforme estabelecido no inventário respectivo. As ações que vierem a ser subscritas por beneficiário inválido, seus herdeiros ou sucessores estarão livres e desembaraçadas para venda a qualquer momento.

As disposições acima aplicam-se também em caso de aposentadoria do beneficiário, desde que o beneficiário comprometa-se a não prestar serviços, com ou sem vínculo empregatício, a empresas e instituições que, mesmo de forma indireta, atuem em mercados coincidentes ao da Companhia, durante, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias.

Nenhuma disposição do Plano de Opção da Companhia, de qualquer Programa de *Stock Option* ou Contrato de *Stock Option* conferirá a qualquer beneficiário direitos com respeito à permanência como administrador ou empregado da Companhia e não interferirá, de qualquer modo, com os direitos da Companhia de interromper, a qualquer tempo, o mandato do administrador ou o contrato de trabalho do empregado.

13.5 Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social

Acionista	Ações da Companhia	(%)
Conselho de Administração	150.193	0,007%
Diretoria	2.062.491	0,101%
Conselho Fiscal	n/a	n/a
Total	2.212.684	0,108%

13.6 Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 e remuneração prevista para o exercício social corrente, do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária

As tabelas abaixo apresentam informações sobre a remuneração baseada em ações da Diretoria Estatutária da Companhia (i) reconhecida no resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, considerando o número de membros de cada órgão aos quais foi efetivamente atribuída remuneração baseada em ações; e (ii) prevista para o exercício social corrente.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2009

	Conselho de Administração	Diretoria	Total
Número de membros	n/a	6	6
Em relação a cada outorga de opção			
Data de outorga	n/a	01/03/2009	
Quantidade de opções outorgadas	n/a	2.490.000	
		622.500 - 30/12/09	
		622.500 - 30/12/10	
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	n/a	622.500 - 30/12/11	
		622.500 - 30/12/12	
Prazo máximo para exercício das opções	n/a	30/12/2016	
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a	

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2009

	Conselho de Administração	Diretoria	Total
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções em aberto no início do exercício social	n/a	R\$6,60	R\$6,60
perdas durante o exercício social	n/a	R\$6,60	R\$6,60
exercidas durante o exercício social	n/a	R\$6,60	R\$6,60
expiradas durante o exercício social	n/a	R\$6,60	R\$6,60
Valor justo das opções na data de outorga	n/a	R\$2,93	R\$2,93
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	n/a	0,12%	0,12%

No âmbito do Plano de Opção da BM&F, recepcionado pela BM&FBOVESPA, em 18 de dezembro de 2007, foram outorgadas 7.859.384 opções de ações aos administradores, com preço de exercício fixo de R\$1,00 por ação. Após essa data, não ocorreram novas outorgas ou alterações das condições de *vesting* no âmbito desse plano. Durante o período, alguns administradores adquiriram o direito de exercício de suas opções por ocasião de seu desligamento. Em 31 de dezembro de 2009, existiam 2.929.692 opções de ações dos administradores no âmbito do Plano de Opção da BM&F que ainda não haviam atingido as condições de *vesting*.

No âmbito do Plano de Opção da Companhia, em 19 de dezembro de 2008, foi outorgado um lote de opções com preço de exercício de R\$5,174 por ação, correspondente à média do preço de fechamento dos 20 pregões anteriores à data de concessão, observados prazos de carência (*vesting*) para seu exercício. Foram outorgadas 1.540.000 opções de compra de ações aos administradores, distribuídas igualmente em quatro datas de carência (*vesting*) ao longo de quatro anos.

Durante o ano de 2009, tivemos o *vesting* de um primeiro lote e alguns administradores que possuíam opções de ações referentes ao Programa de *Stock Option* de 2008 adquiriram o direito de exercício de suas opções. Adicionalmente, por ocasião do desligamento de alguns membros da Diretoria, foram antecipados os vestings da concessão feita no âmbito do Plano, com o que a Companhia reconheceu no exercício de 2009 a totalidade das despesas relacionadas às opções de ações dos administradores. Em 31 de dezembro de 2009, existiam 630.000 opções de ações outorgadas em 2008 aos administradores no âmbito do Programa de *Stock Option* de 2008 que ainda não haviam atingido as condições de *vesting*.

Ainda com relação à remuneração de Longo Prazo (Programa de *Stock Option*), esclarecemos que, conforme deliberação do Conselho de Administração, não haverá concessão de opções durante o exercício social de 2010. Tais concessões somente ocorrerão em janeiro de 2011. A estimativa de outorgas de opções para os Diretores Estatutários, conforme aprovado pelo Conselho de Administração, abrangerá no máximo 3.685.000 ações, que representam 0,18% do total de ações emitidas pela Companhia devendo o preço de exercício ser definido com base na cotação da ação dos 20 últimos pregões de 2010, em conformidade com o Plano de Opção da Companhia.

Exercício Social Corrente “Previsto para 2010”

	Conselho de Administração	Diretoria	Total
Número de membros	n/a	n/a	n/a
Em relação a cada outorga de opção			
Data de outorga	n/a		
Quantidade de opções outorgadas	n/a		
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	n/a		
Prazo máximo para exercício das opções	n/a		
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a	
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções	n/a	n/a	n/a
em aberto no início do exercício social	n/a	n/a	n/a
perdidas durante o exercício social	n/a	n/a	n/a
exercidas durante o exercício social	n/a	n/a	n/a
expiradas durante o exercício social	n/a	n/a	n/a
Valor justo das opções na data de outorga	n/a	n/a	n/a
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	n/a	n/a	n/a

13.7 Opções em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária ao final do último exercício social

As tabelas abaixo apresentam informações sobre as opções em aberto da Diretoria Estatutária da Companhia (i) reconhecidas no resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, considerando o número de membros de cada órgão aos quais foi efetivamente atribuída remuneração variável; e (ii) previstas para o exercício social corrente.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2009

	Conselho de Administração	Diretoria	Total
Número de membros	n/a	6	6
Opções ainda não exercíveis			
Quantidade	n/a	2.490.000	
Data em que se tornarão exercíveis	n/a	622.500 - 30/12/09 622.500 - 30/12/10 622.500 - 30/12/11 622.500 - 30/12/12	
Prazo máximo para exercício	n/a	30/12/2016	
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a	
Preço médio ponderado do exercício	n/a	R\$6,60	R\$6,60
Valor justo das opções no último dia do exercício social		R\$7,86	R\$7,86
Opções exercíveis			
Quantidade	n/a		
Prazo máximo para exercício	n/a	30/12/2016	
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a	

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2009

	Conselho de Administração	Diretoria	Total
Preço médio ponderado do exercício	n/a	R\$6,60	R\$6,60
Valor justo das opções no último dia do exercício social	n/a	R\$7,86	R\$7,86
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	n/a	R\$7,86	R\$7,86

Conforme informado no item 13.6 acima, em 31 de dezembro de 2009: (i) existiam 2.929.692 opções de ações dos administradores no âmbito do Plano de Opção da BM&F que ainda não haviam atingido as condições de vesting; e (ii) existiam 630.000 opções de ações outorgadas em 2008 aos administradores no âmbito do Programa de Stock Option de 2008 que ainda não haviam atingido as condições de vesting.

13.8 Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009

As tabelas abaixo apresentam informações sobre as opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações da Diretoria Estatutária da Companhia (i) reconhecidas no resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, considerando o número de membros de cada órgão que efetivamente exerceram opção e receberam ações; e (ii) previstas para o exercício social corrente.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2009

	Conselho de Administração	Diretoria	Total
Número de membros	n/a	0	0
Opções exercidas			
Número de ações	n/a	0	0
Preço médio ponderado do exercício	n/a	0	0
Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	n/a	0	0
Ações entregues	n/a	0	0
Número de ações	n/a	0	0
Preço médio ponderado de aquisição	n/a	0	0
Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	n/a	0	0

Conforme informado no item 13.6 acima, (i) foram outorgadas aos administradores da Companhia 7.859.384 opções de ações no âmbito do Plano de Opção da BM&F, com preço de exercício fixo de R\$1,00 por ação; e (ii) foi outorgado um lote de opções no âmbito do Programa de *Stock Option* de 2008, com preço de exercício de R\$5,174 por ação, correspondente à média do preço de fechamento dos 20 pregões anteriores à data de concessão, observados prazos de carência (*vesting*) para seu exercício. No âmbito do Programa de *Stock Option* de 2008, foram outorgadas 1.540.000 opções de compra de ações aos administradores, distribuídas igualmente em quatro datas de carência (*vesting*) ao longo de quatro anos.

Durante o ano de 2009, tivemos o *vesting* de um primeiro lote e alguns administradores que possuíam opções de ações referentes ao Programa de *Stock Option* de 2008 adquiriram o di-

reito de exercício de suas opções por ocasião de seu desligamento, com o que a Companhia reconheceu no exercício de 2009 a totalidade das despesas relacionadas às opções de ações dos administradores.

13.9 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções

a. modelo de precificação

Levando-se em conta os fatores descritos na letra (c) deste item 13.9, foi empregado o modelo binomial para a determinação do valor justo das opções concedidas. Esse modelo apresenta resultados equivalentes aos resultados do modelo de *Black & Scholes* para opções europeias simples, possuindo a vantagem de incorporar, conjuntamente, as características de exercício antecipado e de pagamento de dividendos associadas à opção em questão.

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

As principais premissas consideradas na precificação das opções foram:

- as opções foram avaliadas considerando-se os parâmetros de mercado vigentes em cada uma das datas de outorga dos diferentes planos;
- para estimativa da taxa de juros livre de risco foram utilizados os contratos de juros futuros negociados para o prazo máximo de exercício de cada opção;
- os preços das ações foram ajustados de forma a incorporar o efeito do pagamento de dividendos;
- a volatilidade esperada utilizada para precificação foi definida conforme descrito na letra (d) deste item 13.9; e
- como prazo de vencimento das opções foi utilizado o prazo máximo de exercício das opções outorgadas.

Foram consideradas as demais premissas clássicas associadas aos modelos de precificação de opções, como inexistência de oportunidades de arbitragem e volatilidade constante ao longo do tempo.

Assim sendo, as principais premissas estão destacadas no quadro abaixo:

Dados e Premissas	Programa 2009
Data de Outorga	02/03/2009
Preço da Ação (R\$)	5,80
Preço de Exercício (R\$)	6,60
Volatilidade Esperada (ano)	67,57%
Prazo de vida da opção (último <i>vesting</i>)	7 anos
Dividendos Esperados	50%
Taxa de Juros Livre de Risco (ao ano, base 252 dias úteis)	13,47%

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Para a apuração do valor justo das opções concedidas, a Companhia considerou os seguintes aspectos:

- o modelo de opções de ações outorgado pela Companhia permite exercício antecipado a partir de determinada data no futuro (data de *vesting*), compreendida entre a data de outorga e a data máxima para exercício;
- o ativo objeto das opções paga dividendos entre a data de outorga e a data máxima para exercício.

Dessa forma, a opção considerada apresenta características do modelo europeu (exercício antecipado não permitido) até a data de *vesting* e características do modelo americano (possibilidade de exercício antecipado) entre a data de *vesting* e a data máxima para exercício. Opções com essas propriedades são denominadas opções do tipo “Bermuda” ou “Mid-Atlantic” e seu preço deve, por construção, situar-se entre o preço de uma opção do modelo europeu e o preço de uma opção do modelo americano de características equivalentes. Com relação ao pagamento de dividendos, deve-se levar em conta dois efeitos sobre o preço da opção considerada: (i) a queda no valor das ações após as suas data ex-dividendos; e (ii) a influência desses pagamentos sobre a decisão de exercício antecipado.

d. forma de determinação da volatilidade esperada

As ações objeto das opções relativas aos Programas de *Stock Option* da Companhia tinham baixa liquidez nas datas de outorga e, assim sendo, as volatilidades implícitas nessas opções são pouco representativas. Adicionalmente, tendo em vista que a Companhia havia sido recentemente listada quando da aprovação do Plano de Opção da Companhia, a volatilidade histórica também não expressa suficiente informação sobre a volatilidade das ações da Companhia. Dessa forma, a Companhia utilizou como estimativa de volatilidade de suas opções a volatilidade implícita de entidades similares (bolsas de valores internacionais) com liquidez suficiente que garanta a qualidade dos dados apurados.

e. Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Todas as características importantes da opção estão descritas e consideradas nas letras anteriores.

13.10 Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores Estatutários

	Conselho de Administração	Diretoria	Total
Número de membros	n/a	6	6
Nome do plano		Mercaprev	
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	n/a	1	1
Condições para se aposentar antecipadamente	n/a	n/a	0

	Conselho de Administração	Diretoria	Total
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	n/a	3.199.169,17	3.199.169,17
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	n/a	328.643,83	328.643,83
Há possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	n/a	Sim, somente a parte do funcionário	-

13.11 Remuneração Média dos Administradores (Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal)

Devido à alteração na composição do Conselho de Administração ocorrida em abril de 2009, para o item de menor remuneração consideramos apenas os cinco membros com efetivo exercício durante os doze meses. Para a informação da maior remuneração consideramos todas as remunerações reconhecidas no resultado, entretando, o membro do Conselho de Administração com a maior remuneração exerceu suas funções na Companhia durante o período de maio a dezembro.

No caso da Diretoria, devido à saída de dois Diretores em fevereiro, um em maio e a admissão de um novo Diretor em julho, para o item de menor remuneração, consideramos os cinco membros com efetivo exercício de suas funções nos doze meses. Para informar a maior remuneração, consideramos todas as remunerações reconhecidas no resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, sendo que o membro da Diretoria com a maior remuneração exerceu suas funções durante todo o período de janeiro a dezembro.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2009

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal
Número de membros	10,92	6,00	n/a
Valor da maior remuneração individual (em R\$)	936.091,88	5.453.734,08	n/a
Valor da menor remuneração individual (em R\$)	204.000,00	2.326.769,28	n/a
Valor médio de remuneração individual (em R\$)	339.042,89	2.971.009,46	n/a

Dois membros do Conselho de Administração não tiveram remuneração no período de 2009. O valor médio de remuneração dos membros que receberam remuneração durante o exercício de 2009 foi de R\$ 415.061,48.

13.12 Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria e quais as consequências financeiras para a Companhia

A Companhia dispõe de seguro D&O (*Directors & Officers*), Seguro de Responsabilidade Civil

de Diretores e Administradores, com os quais os administradores podem tomar suas decisões amparado por uma inovadora ferramenta de proteção, que reduz significativamente os riscos relacionados a uma posição de destaque.

Já bastante difundido nos Estados Unidos e Europa, o seguro D&O garante à Companhia proteção financeira e também tranquilidade para que todos os que ocupam cargos diretivos tomem as decisões diárias com serenidade, além de ser visto como um competitivo benefício, que propicia a retenção de profissionais qualificados.

Adicionalmente, esclarecemos que não adotamos política específica no que se refere a remuneração e/ou indenizações para administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, exceto, neste último caso, pelos benefícios relacionados aos planos de previdência em vigor.

13.13 Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Não existem remunerações reconhecidas no resultado da Companhia referentes a membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos

13.14 Valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Não existem remunerações ou quaisquer valores reconhecidos no resultado da Companhia referentes à remuneração de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15 Valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Não há valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e/ou de controladas da Companhia como remuneração de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia.

13.16 Outras informações que a Companhia julga relevantes

Não existem outras informações relevantes relativas a este item 13 que não tenham sido consideradas acima.

*Praça Antonio Prado, 48 – 01010-901 – São Paulo, SP – Brazil
Rua XV de Novembro, 275 – 01013-001 – São Paulo, SP – Brazil*

11-2565-4000 – Fax 11-2565-7737

www.bmfbovespa.com.br

BM&F BOVESPA

A Nova Bolsa

